

**“Porque eu quero também vender o meu saber,  
pois sou mal pago de meu serviço”.**  
**Alvitres e quimeras políticas de Diogo do Couto**

JOÃO TELES E CUNHA \*

A citação de Diogo do Couto, retirada do seu primeiro “Soldado Prático”,<sup>1</sup> alude a um dos aspectos conhecidos da obra do cronista, o seu pendor alvitrista como se dizia à época, ou seja, o de oferecer um conselho de índole reformista plasmado numa narrativa organizada cujo fim confesso era duplo: por um lado ser publicado e por outro captar a atenção do Príncipe com o objectivo de aplicar as medidas expostas para regenerar um quadro tido como mau, sendo o arbitrista eventualmente recompensado pelo serviço prestado como refere a epigrafe. Tal aponta, desde já, para uma construção retórica onde os argumentos são escolhidos e encadeados de modo a atingir o fim desejado e não em função de uma “verdade” factual relatada de uma maneira mais ou menos objectiva. O método escolhido passa pela selecção dos acontecimentos reais analisados de forma isolada usados como exemplos, ou mesmo recriados sem os contextualizar necessariamente, com o fito de

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 221-283 (ISBN 978-989-755-403-2).

\* Instituto de Estudos Asiáticos da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa); CHAM Centro de Humanidades, FCSH – Universidade NOVA de Lisboa/UAç. Este texto é dedicado a Maria Augusta Lima Cruz, responsável pela minha entrada no universo “coutiano” aquando da edição da sua “Década Quarta”. Agradeço ainda a Rui Loureiro a paciência e boa vontade com que esperou, e desesperou, pelo texto.

<sup>1</sup> Cf. Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, introdução, ensaio de leitura, glossário e índice onomástico por António Coimbra Martins, Lisboa: CNCDP, 2001, p. 416.

fabricar imagens potentes que transmitam, ao longo da narrativa, uma situação descrita negativamente para a contrapor com a solução que a vai remediar.

A forma usada, isto é o texto em si, variou muito consoante os autores, tendo Couto recorrido ao artifício do diálogo, de resto o preferido pelos cultores do discurso reformista durante os séculos XVI e XVII, ultrapassando desta maneira o fim do Humanismo que o viu renascer. A forma dialogal adequa-se ao escopo do autor, pois possui um forte pendor pedagógico na exposição dos argumentos por meio de personagens-tipo que entram em cena, sendo a sua opinião contraposta pelo raciocínio do protagonista que destrói a argumentação contrária, desfaz as dúvidas e indica o caminho a seguir. O protagonista é, regra geral, uma transfiguração do criador da obra que pode aparecer enquanto tal com o seu nome próprio, a exemplo de Garcia da Orta nos “Colóquios dos Simples” (1556),<sup>2</sup> ou simplesmente como ‘Autor’ no caso de D. Francisco Manuel de Melo no seu “Hospital das Letras” (ca. 1654);<sup>3</sup> havendo outros, como Couto e os seus ‘Soldados Práticos’, que surgem sob a forma de um alter ego com o qual se identificam e revêem.

Nem todo o alvitre adopta o diálogo enquanto processo literário, porque alguns textos são curtos demais e não se justifica a sua utilização, havendo outros autores que usam formas expositivas mais simples, a exemplo dos “Discursos vários políticos” do chancre eborense Manuel Severim de Faria.<sup>4</sup> Aqui, a palavra ‘discurso’ possui o sentido do termo dialéctico clássico,<sup>5</sup> enquanto forma de expor um raciocínio passando de um argumento para o seguinte, sendo que alguns escritores dominam melhor a língua e são mais cultos, pelo que o resultado final varia muito quanto à sua legibilidade e inteligibilidade. Assim, ao longo da sua existência, o alvitrismo produziu cartapácios ilegíveis, sendo Duarte Gomes Solis o caso mais conhecido. A sua prosa mais conhecida era de

<sup>2</sup> Cf. Garcia de Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, edição anotada pelo Conde de Ficalho, (reimpressão da edição da Imprensa Nacional de 1891), 2 vols., Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, passim.

<sup>3</sup> Jean Colomès, *Le dialogue “Hospital das Letras” de D. Francisco Manuel de Melo*. Texte établi d’après l’édition princeps et les manuscrits, variantes et notes, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1970, o problema da datação está referido nas páginas XII-XVI. Veja-se ainda Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Melo. Esboço biográfico*, (reimpressão da edição da Academia das Ciências de 1914), Lisboa: Fenda, 1996, pp. 285-288, onde se contextualiza a criação do “Hospital de Letras”.

<sup>4</sup> Manuel Severim de Faria, *Discursos vários políticos*, introdução, actualização e notas de Maria Leonor Soares Albergaria Vieira, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

<sup>5</sup> A este propósito veja-se Rafael Bluteau, *Vocabulário portuguez e latino*, vol. III, p. 245 s.v.

leitura difícil já à época, por ser redigida num castelhano eivado de lusismos, conforme teremos ocasião de comprovar.

Mas regressemos a Diogo do Couto o alvitrista e aos seus dois diálogos do “Soldado Prático”. Podemos dizer que, de certa forma, o cronista deu origem a um género ou subgénero literário, pelo menos no tocante ao império português em geral e ao Estado da Índia em particular, o qual conheceria ampla fortuna nos séculos seguintes, vindo inclusive a ser usado em épocas próximas da nossa para outros fins com os quais partilhava o tom e o fundo moralista e moralizador.<sup>6</sup> A este respeito falamos, como devem ter adivinhado, de uma corrente literária e historiográfica possuidora de um discurso sobre a ideia de “Decadência / Declínio” que fez escola em Portugal a partir de Oitocentos, para a qual os textos de Couto, cujo “Soldado Prático” foi impresso mais de dois séculos após ter sido redigido (1790),<sup>7</sup> tornar-se-iam cruciais para o seu desenvolvimento e posterior enraizamento entre os escritores, historiadores, ensaístas e polemistas portugueses. Paradoxalmente, as palavras “declínio” e “decadência” estão ausentes da obra de Couto, mesmo no seu “Soldado Prático” mais tardio (terminado por volta de 1610), o qual

---

<sup>6</sup> A bibliografia sobre o tom moralista de obras da cultura portuguesa a respeito do império é imensa e não cessa de crescer, veja-se um dos primeiros a tratar do tema: Hernani Cidade, *A literatura portuguesa e a expansão ultramarina. As ideias, os sentimentos, as formas de arte*, vol. I, (Séculos XV e XVI), Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1943, pp. 120-126.

<sup>7</sup> Diogo do Couto, *Observações sobre as principaes causas da decadencia dos portuguezes na Asia escritas por Diogo do Couto em forma de dialogo com o título de Soldado Prático*, editado por António Caetano do Amaral, Lisboa: Academia Real das Ciências, 1790. De notar que Caetano do Amaral usou o termo «decadência» no título da sua edição do “Soldado Prático”, dando o mote aos que se seguiriam na utilização desta obra como pedra de toque de um certo “género” literário em Portugal. António Coimbra Martins vê nesta transformação uma influência de Montesquieu e da sua obra “*Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence*”, publicada pela primeira vez em 1734 (cf. Diogo do Couto, *O primeiro Soldado Prático*, p. 211), a qual influenciou uma obra posterior de maior envergadura da autoria de Edward Gibbon, “*A History of the Decline and Fall of the Roman Empire*”, impressa entre 1776 e 1789, e por isso contemporânea da edição de Caetano do Amaral. Suspeita-se que Caetano do Amaral possa ter lido a obra de Montesquieu, mas duvida-se que tivesse conhecimento da de Gibbon, sobretudo por causa do papel que este atribui ao cristianismo no declínio, queda e desagregação do império romano, o que lhe valeu ser colocada, a obra em questão, no índice de livros proibidos da Igreja Católica em 1783. Caetano do Amaral, para mais, estava ligado ao Santo Offício desde 1791, onde chegou a inquisidor da Inquisição de Lisboa em 1816 (cf. Manuel Lopes de Almeida, “Introdução” in António Caetano do Amaral, *Para a História da legislação e dos costumes de Portugal*, s/l: Livraria Civilização Editora, 1945, p. XXIII).

refere apenas os “enganos e desenganos da Índia”.<sup>8</sup> Esta é, de resto, a terminologia seguida pelos restantes cultores do género alvitrista no Estado, com relevo para Francisco Rodrigues da Silveira, que menciona e reforça a ideia de “reforma”, “desordem” e “mau governo” num tratado cuja gestação e redacção é coeva do segundo “Soldado” do nosso cronista.<sup>9</sup> Aliás, um outro texto tradicionalmente emparceirado com estes dois de Couto, o “Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia”, composto entre o fim da escrita do primeiro e do segundo “Soldado Prático”,<sup>10</sup> nem sequer faz uso deste vocabulário. E o derradeiro texto da tetralogia canónica, a “Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão” da autoria de João Ribeiro, cuja escritura final terminou por volta de 1685, apenas usa palavras como “erros” e “desacertos” à hora de sugerir o que devia ter sido feito para evitar a perda da ilha.<sup>11</sup>

Tal não é de espantar, pois o substantivo “decadência” só está registado pela primeira vez em Portugal em 1779 e o seu uso vulgariza-se apenas no século XIX, tal como o adjetivo “decadente”, ambos de origem francesa.<sup>12</sup> Apesar de chegarem tarde, os vocábulos conheceram uma grande voga e aceitação, com as consabidas implicações desde o célebre texto de Antero de Quental proferido nas Conferências do Casino em 1871: “Causas da decadência dos povos peninsulares”.<sup>13</sup> Desde então o discurso reformista dos alvitres de Couto e de outros arbitristas não voltou a sair de moda e os seus escritos tiveram mais edições, conheceram mais circulação e foram mais discutidos que no seu tempo

---

<sup>8</sup> Veja-se tanto a edição de Manuel Rodrigues Lapa, *O Soldado Prático*, (3.<sup>a</sup> edição), Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980; como a de Ana Maria Garcia Martin, *O Soldado Prático*, Coimbra: Angelus Novus, 2009.

<sup>9</sup> Francisco Rodrigues Silveira, *Reformações da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*, transcrição, notas e índice de Benjamim N. Teensma, introdução histórica de Luís Filipe Barreto, George Davidson Winius e Benjamim N. Teensma, Lisboa: Fundação Oriente, 1996, no qual se coloca a gestação por volta de 1599 e a sua sexta redacção data de 1621-1622, p. XII.

<sup>10</sup> *Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia (anónimo do século XVI)*, edição actualizada, introdução e elucidário por Laura Monteiro Pereira, revisão, texto da edição, com respectivas anotações e glossário por Maria Augusta Lima Cruz, citações em latim no corpo do texto por Maria do Rosário Laureano Santos, Ericeira: Mar de Letras Editora, 2003, coloca a sua redacção cerca 1571, p. 28.

<sup>11</sup> João Ribeiro, *Fatalidade histórica da ilha de Ceilão*, Biblioteca da Expansão Portuguesa, vol. 3, Lisboa: Publicações Alfa, 1989, Livro III, Discursos que mostram os desacertos que houve na conquista da Índia e só nos convinha povoar Ceilão, pp. 161-199.

<sup>12</sup> Cf. José Pedro Machado, *Dicionário etimológico da língua portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, (2.<sup>a</sup> edição), vol. II, Lisboa: Editorial Confluência/Livros Horizonte, 1967, s.v.

<sup>13</sup> Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, discurso proferido por [...], Porto: Tipografia Comercial, 1871.

por paradoxal que tal nos possa parecer. Mas tal também contribuiu para empobrecer o discurso histórico ao tomar a retórica destes autores numa verdade factual, porque a utilização de um texto publicado é mais fácil a todos os níveis que a pesquisa de fontes manuscritas em arquivos e bibliotecas nem sempre bem organizadas. E, para mais, há uma quantidade ingente e aparentemente infundável de alvitres de dimensão variada em arquivos e bibliotecas portuguesas e estrangeiras, que tanto alimentam actualmente os detractores do império, como anos atrás animavam os seus defensores, que os viam como uma tentativa fracassada de reformar e de sustentar o edifício imperial português.

A obra historiográfica mais destacada que trata desta literatura alvitrista é, quiçá, “A Lenda Negra da Índia Portuguesa”. Publicada inicialmente em inglês em 1985<sup>14</sup> e vertida para português em 1994,<sup>15</sup> o seu subtítulo é todo um programa de intenções: “Diogo do Couto, os seus contemporâneos e o «Soldado Prático»: Uma contribuição para o estudo da corrupção política nos impérios da Europa na Idade Moderna”. Para mais, a edição original indiana está ilustrada nas contraguardas com um desenho da autoria de Dick de Boer, onde cinco figuras em silhueta caminham em fila indiana encabeçadas por um rato enquanto se roubam umas às outras sobre a citação do cronista: “Mas é esta nação tão coitada, (...), que trabalhamos por nos aniquilarmos uns aos outros.”, retirada do segundo “Soldado Prático”.<sup>16</sup> O trecho está truncado, pois a frase completa restitui o espírito da cena em questão, uma violenta catilinária contra a Casa dos Contos de Goa, a mercantilização e as negociatas feitas à conta do esforço e sacrifício dos soldados que defen-

---

<sup>14</sup> George Davidson Winus, *The Black Legend of Portuguese India. Diogo do Couto, His Contemporaries and the Soldado Prático. A Contribution to the Study of Political Corruption in the Empires of Early Modern Europe*, Xavier Centre of Historical Research Studies Series n.º 3, Nova Delhi: Concept Publishing House, 1985. O historiador voltaria a reincidir no ano seguinte no artigo “The Portuguese Asia ‘Decadencia’ Revisited” in A. Hower e R. A. Preto-Rodas (eds.), *Empire in Transition: The Portuguese World in the Time of Camões*, Gainesville: The University Press of Florida, 1985, pp. 110-125.

<sup>15</sup> George Davidson Winus, *A Lenda Negra da Índia Portuguesa, Diogo do Couto, os seus contemporâneos e o Soldado Prático. Contributo para o estudo da corrupção política nos impérios do início da Europa moderna*, Lisboa: Edições Antígona, 1994.

<sup>16</sup> Cf. Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, edição de Manuel Rodrigues Lapa, p. 122. De assinalar, ainda, que a edição indiana do livro de Winus tem mais duas ilustrações: uma é o desenho da capa que alude ao roubo da obra de Couto por um homem com a cara tapada por uma mascarilha negra (passe o anacronismo), que furta o manuscrito; enquanto na contracapa se vê um vice-rei que volteia a sua bengala no ar para a usar como uma espécie de cachaporra.

diam o Estado,<sup>17</sup> ao fazer o contraponto com as demais nações “que sempre folgaram de engrandecer seus naturais, que achamos por essas escrituras, assi gregas como romanas, alevantados grandes capitães de homens bem baixos, porque em todas se estimaram sempre muito as virtudes e o valor”.<sup>18</sup> Assinale-se como Couto usa o prestígio da Antiguidade Clássica como contraponto moral para os “enganos” e “desenganos” da Índia Portuguesa sua contemporânea, tanto mais que os autores gregos e romanos serviam de caução e autoridade aos ataques desferidos pelo nosso alvitrista; pese este recorrer um pouco mais abaixo a uma epígrafe de Camões, outro exemplo de soldado prático mal recompensado, para reforçar a ideia que os portugueses não estimavam as virtudes.

Regressemos a Winius e à sua obra de 1985, para a analisarmos à luz do tempo, nomeadamente a utilização da expressão “Lenda Negra”, tradicionalmente ligada à Espanha dos Áustrias desde o reinado de Filipe II (r. 1556-1598) e posta a circular pelos seus inimigos europeus para denegrir a sua hegemonia, pese haver motivos para tal, a exemplo do saque de Antuérpia (1576) levado a cabo por soldados espanhóis com os soldos em atraso, embora o episódio tenha sido magnificado e alimentado por via da imprensa “inimiga” nos decénios que se seguiram.<sup>19</sup> O interesse aqui é a sua conexão ao império português, mas não nos podemos esquecer que a união dinástica (1580-1640) acarretou uma mudança pejorativa no tom com que os demais europeus passaram a ver e a descrever os portugueses, de certa forma visível nas descrições de Goa e do Estado da Índia feitas por Jan Huyghen van Linschoten na década de 1580. Como o seu relato conheceu um sucesso sem par na Europa, com traduções para outras línguas vivas e mesmo para latim, tal contribuiu para fixar para a posteridade uma imagem nem sempre positiva da sociedade portuguesa na Índia, que outros autores europeus de passagem pela Ásia não cessaram de ecoar e amplificar a partir do

<sup>17</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, edição de Manuel Rodrigues Lapa, pp. 96-123. O ataque foi objecto de uma resposta cerca de 350 anos mais tarde por parte de Artur Águedo de Oliveira (*O libelo de Diogo do Couto contra os Contos de Goa*, Lisboa: Tribunal de Contas, 1960), tanto mais que o autor era à época presidente da instituição metropolitana que sucedeu à Casa dos Contos - o Tribunal de Contas.

<sup>18</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, edição de Manuel Rodrigues Lapa, p. 122.

<sup>19</sup> Veja-se Geoffrey Parker, *Empire, War and Faith in Early Modern Europe*, Londres: Allen Lane, 2002, pp. 143-144. Mas os detractores, caso dos ingleses, também ganharam uma “lenda negra” nomeadamente na repressão dos levantamentos na Irlanda desde os Tudor até ao governo de Oliver Cromwell, veja-se Jane H. Ohlmeyer, “‘Civilizing of those Rude Partes’: Colonization within Britain and Ireland, 1580s-1640s” in *The Oxford History of the British Empire*, dirigida por William Roger Louis, vol. I, *The Origins of Empire*, coordenado por Nicholas Canny, Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 124-147

século XVII. De resto, o próprio Winius dá conta desta evolução mediante a transcrição de uma frase do viajante francês Jean Mocquet (1575-1617): “Entre eles só existe usura, avareza, roubo, juras estranhas, de tal maneira que até os mais finos serão apanhados e enganados, porque na maior parte das vezes só há falsidades e mentiras”;<sup>20</sup> profundamente adulterada pelo seu tradutor alemão Johann Georg Schoch em 1688 e usada por Justus Strandes em 1899, sem questionar a sua veracidade, na conhecida obra sobre os portugueses na costa oriental africana.<sup>21</sup> Infelizmente este e outros *topos* não foram devidamente explorados por Winius, embora o historiador tivesse feito a ligação entre o conteúdo dos dois “Soldados Práticos” de Couto e o seu contributo para a disseminação de uma “Lenda Negra” sobre o império português na Ásia.

O propósito confesso de Winius em tratar o tema da “corrupção política” nos impérios europeus na Idade Moderna era algo relativamente novo à época, embora convenha ressaltar que a corrupção se trata de um fenómeno transversal aos demais impérios europeus na idade em apreço, podendo fazer-se o mesmo exercício viciado a partir do livro denunciador de William Bolts sobre os desmandos da East India Company no Bengala após a batalha de Plassey (1757).<sup>22</sup> Por isso, o autor devia ter optado por uma perspectiva comparada, para além de ter citado documentos contidos nos volumes dos “Livros das Monções” já

---

<sup>20</sup> A nossa citação baseia-se no texto de Jean Mocquet, cf. *Voyage à Mozambique & Goa. La relation de Jean Mocquet (1607-1610)*, texto estabelecido por Xavier de Castro e com uma introdução de Dejanirah Couto, Paris, Éditions Chandeigne, 1996, p. 109. Sobre o carácter dos portugueses na Índia veja-se esta relação nas pp. 104-122.

<sup>21</sup> “Entre eles só encontrareis mentira, traições, avareza, usura, ódio, raiva, discórdia, despeito, inveja, orgulho, arrogância, assassínios, homicídios, gulodice, embriaguez, volúpia, sodomia, lascívia, fornicção, adultério, blasfémias, pragas, insultos, quebra de juramentos e de todos os outros pecados em abundância. Só de observar tal espectáculo, fica-se com os cabelos em pé e não se pode deixar de estranhar a paciência de Deus com homens tão malvados”, in George Davidson Winius, *A Lenda Negra da Índia Portuguesa*, p. 8.

<sup>22</sup> William Bolts, *Considerations on Indian Affairs; Particularly Respecting the Present State of Bengal and its Dependencies*, (2.<sup>a</sup> edição), Londres: J. Almon/P. Elmsly/Brotherton & Sewell, 1772. O livro foi um êxito europeu, particularmente entre os inimigos dos britânicos, existindo uma edição em francês três anos mais tarde publicada na Haia, *État civil, politique et commerçant du Bengale; ou Histoire des Conquêtes et de l'administration de la compagnie angloise dans ce pays*, traduzido por M. Demeunier, 2 vols., Haia: Gosse Fils, 1775. Para um enquadramento da progressão da East India Company no Bengala veja-se P. J. Marshall, *Bengal the British Bridgehead. Eastern India 1740-1828*, vol. II-2, *The New Cambridge History of India*, coordenada por Gordon Johnson, (1.<sup>a</sup> edição 1987), Nova Delhi: Cambridge University Press, 2006.

publicados à época,<sup>23</sup> sem nunca contextualizar a sua origem nem conferir a veracidade das queixas. Winius, por outro lado, também devia ter visto tais queixas como uma forma do sistema funcionar na denúncia dos abusos e na sua tentativa de os debelar.

Se o propósito inicial de George D. Winius é louvável, o historiador americano acabou por cair na armadilha denunciada por si, a de seguir os textos narrativos moralizadores sobre o Estado da Índia escritos por Couto e outros sem comprovar e conferir as afirmações feitas em fontes manuscritas. Winius não está sozinho, pois há historiadores que também tomaram as afirmações de Couto à letra, caso de Vitorino Magalhães Godinho entre muitos outros, o qual segue, por exemplo, a indicação do cronista quanto à média da emigração anual portuguesa para a Ásia no princípio de Quinhentos (2-3 000 homens) e na população europeia no Estado da Índia por volta de meados da década de 1560 (15-16 0000 pessoas),<sup>24</sup> quando as melhores estimativas disponíveis actualmente da autoria de T. Bentley Duncan inviabilizam tais quantitativos para a altura no que diz respeito ao fluxo migratório.<sup>25</sup>

Não são apenas exemplos actuais, porque já no século XVII se sentia o peso e a caução dos escritos de Couto na obra do seu primeiro biógrafo: Manuel Severim de Faria. A sua “Notícias de Portugal” impressa em 1655 aborda a questão demográfica partindo do princípio, errado como se sabe hoje, que a população portuguesa diminuiu a partir de 1500 devido a causas múltiplas, sendo a primeira “as nossas conquistas; porque estas ainda que foram de grande utilidade, assim para a propagação do Evangelho, como para o comércio do mundo, todavia defraudaram muito este Reino da gente, que lhe era necessária”.<sup>26</sup>

<sup>23</sup> Cf. George Davidson Winius, *A Lenda Negra da Índia Portuguesa*, pp. 193-208.

<sup>24</sup> “Mas agora que há quinze ou dezasseis mil homens, repartidos por fortalezas, cidades, vilas e castelos de Sua Alteza e outra que eles por si fizeram em terra e lugres de inimigos, (...)” in Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 416-417; Vitorino Magalhães Godinho, “Uma constante estrutural da história portuguesa a emigração - séculos XV-XX” in *Ensaios e Estudos*, vol. I, *Uma maneira de pensar*, Lisboa: Sá da Costa Editora, 2009, p. 183.

<sup>25</sup> Cf. T. Bentley Duncan, “Navigation Between Portugal and Asia in the Sixteenth and Seventeenth Centuries” in *Asia and the West. Encounters and Exchanges from the Age of Exploration. Essays in Honor of Donald F. Lach*, editado por Cyriac K. Pullapilly e Edwin J. Van Kley, Notre Dame (Ind.): Cross Road Book, 1986, pp. 3-25.

<sup>26</sup> Manuel de Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, introdução, actualização e notas de Francisco António Lourenço Vaz, Lisboa/Évora: Edições Colibri/Escola Secundária Severim de Faria, 2003, p. 18.

Severim de Faria, tal como escrevera Giovanni Botero antes dele,<sup>27</sup> associou a emigração portuguesa para o império com a falta de mão-de-obra necessária para mover a economia metropolitana, conforme o chantre eborense julgava notar de forma alarmante nos campos do seu Alentejo. O buslil da questão, segundo Severim, radicava na emigração para a Índia, porquanto esta “estando tantas mil léguas distante de Portugal, e com navegação tão perigosa, foi necessário tirar-se do Reino muita gente, tornando pouca, ou nenhuma dela; porque se intentaram povoar muitas cidades postas nas fronteiras dos mais poderosos príncipes do Oriente, (...); além de muitas outras fortalezas que não se referem, para as quais se requeria grande número de soldados, e uma despesa infinita”.<sup>28</sup>

Ao contrário de críticos anteriores que também defendiam o mesmo tipo de raciocínio, como Luís Mendes de Vasconcelos,<sup>29</sup> Severim de Faria procurou abalizar a sua análise com números retirados de arbitristas que tinham escrito sobre o tema, com relevo para Diogo do Couto e Duarte Gomes Solis, cujas obras manuscritas e impressas repousavam nas prateleiras da sua biblioteca. A Couto, do qual possuía uma cópia do ainda inédito segundo ‘Soldado Prático’,<sup>30</sup> Severim de Faria foi buscar o censo dos dezasseis mil portugueses existentes na Índia no reinado de D. Sebastião (r. 1557-1578).<sup>31</sup> E no tocante ao cálculo da emigração anual de Portugal para a Ásia, as contas do chantre também se basearam na experiência pessoal de Couto, segundo a qual só chegaram vivos à Índia metade dos cerca de 4 000 homens embarcados consigo na armada do governador António Moniz Barreto (1573-1576) em 1573,<sup>32</sup>

<sup>27</sup> Giovanni Botero, *Da razão de estado*, coordenação e introdução de Luís Reis Torgal e tradução de Rafaella Longobardi Ralha, Coimbra: INIC/Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1992, pp. 161-162.

<sup>28</sup> Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, p. 21.

<sup>29</sup> Luís Mendes de Vasconcelos, *Do Sítio de Lisboa. Diálogos*, organização e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 42-81. Veja-se ainda a edição desta obra feita por António Sérgio, *Antologia dos economistas portugueses. Século XVII. Obras em português*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1924 (reimpresso pela Livraria Sá da Costa Editora em 1974), pp. 3-169. Sérgio também fez, nesta coletânea, a edição anotada do texto acima referido de Severim de Faria e do texto “Sobre a introdução das artes” de Duarte Ribeiro de Macedo, a par de um prefácio cheio de propósitos reformistas para o seu próprio tempo dando continuidade ao pendor alvitrista dos textos que publicava e anotava, mostrando deste modo a persistência de uma certa tendência cultural vigente em Portugal desde a Idade Moderna, cf. pp. III-LII.

<sup>30</sup> “Vida de Diogo de Couto” in *Discursos vários políticos*, pp. 175-176.

<sup>31</sup> Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, pp. 22-23.

<sup>32</sup> Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia*, IX, cap. xi. Nesse ano partiram quatro naus sob comando de D. Francisco de Sousa (cf. Ernesto de Vasconcelos, “Relação de capitães mores e naos que vierão do Reino a este Estado da India des do seu descobrimento” in separata do *Boletim*

obtendo deste modo uma média de 2 000 portugueses a fixarem-se no Oriente por ano. Tal cômputo tinha tanta probabilidade de acertar no número de quantos portugueses chegavam à Ásia quanto o feito pelo arcebispo de Goa D. Gaspar de Leão (1560-1567, 1574-1576) em 1573, o qual colocou na boca do seu soldado veterano ferido no cerco de Goa (1570-1571) as seguintes palavras:

E quanto ao que dizes, que ha mister vir meio Portugal a refazernos, estàs enganado [dirigia-se ao capitão otomano com quem entabulava o diálogo] & muito mais quem tu disse: porque sam tantos os Portugueses na India que he necessario espalharense per muitas partes onde não temos fortalezas, nem guerra. Pera Goa & seus vizinhos bastão ao mais tres mil soldados, que ordinariamente se acham nas guerras da India. (...). E pera conseruar estes tres mil soldados, basta a gente ordinaria que vem cada anno, porque a mór perda que tiuemos depois que fomos senhores da India, foy nesta guerra que podiam faltar menos de quatrocentos homens, & as naos trazem mil homens ficam sobejando seiscentos pera se espalharem por este Oriente, porque como ja disse bastam tres mil Portugueses pera romper todo o poder que for contra elles.<sup>33</sup>

Segundo D. Gaspar, chegavam regularmente à Índia cerca de mil homens por ano, mais do que suficientes para suprir as necessidades militares do Estado e para se espalharem pela Ásia. Assinale-se, ainda, como o arcebispo também mencionou a cifra mágica de três mil homens, associando-os ao número de soldados existentes e necessários para repelir as ameaças externas do Estado da Índia. A recente vitória da pequena força portuguesa face a um ataque simultâneo feito a cinco cidades e fortalezas em 1570 teve a aura de um milagre, porque a superioridade e a invencibilidade proveio do facto de serem soldados

---

*da Segunda Classe*, vol. XVI, Academia das Ciências de Lisboa, 1925, p. 16), perfazendo uma média de mil homens por nau, referindo Couto que na sua vinham novecentos. Mas não se podem usar os dados de Couto como média para a época pela simples razão que boa parte dos homens embarcados em 1573 estava tocada pelo surto de peste que grassara em Portugal nesse ano, conforme o próprio narra, explicando assim uma mortalidade superior ao habitual na viagem de ida. No caso da embarcação de Couto a taxa de mortalidade atingiu 47,36%, ou seja quase metade dos homens embarcados.

<sup>33</sup> D. Gaspar de Leão: *Desengano de Perdidos. Reprodução do único exemplar conhecido com uma introdução por Eugenio Asensio*, Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1958, p. 34.

cristãos que combatiam os infiéis na óptica do prelado. O ponto interessante aqui é, contudo, a existência de um conjunto de ideias e de cálculos que circulava à época usado por mais de um autor, o qual foi corporizado em correntes políticas onde cada um se filiava e se servia destes argumentos ao seu dispor. Regressemos ao apuramento de Severim de Faria com base em Couto, para referir que fez escola, porque estes números foram os mesmos que Magalhães Godinho esgrimiou e trabalhou no século XX.

Este egresso permitiu-nos ver como um texto normativo com fins políticos confessos para reformar o Estado da Índia (como este deve ser em contraponto com o que se descreve) e para moralizar a sociedade (para esta se comportar de forma modelar face à situação vívida que ameaça a coesão do Estado), é uma narrativa construída onde a “realidade” descrita é escolhida e apresentada de maneira desagregada em função do objectivo. O problema é que a historiografia acaba por aceitar estes textos, caso dos dois “Soldados Práticos” de Couto, sem comprovar as afirmações feitas por meio de outras fontes. Daí propormos uma abordagem dupla para contextualizar o homem e as suas obras alvitristas de modo a:

- 1) Começar por estudar o papel do arbítrio/alvitre e a ocupação do alvitrista/arbitrista como conceitos e realidades típicas do mundo ibérico em geral e do português em particular na Idade Moderna, onde se filiam as obras de Couto;
- 2) Seguir o desenvolvimento de um género ou subgénero literário, especialmente ligado a ideias de reforma do Estado e do império, e acompanhar a produção arbitrista do cronista e as suas outras sugestões reformistas e políticas que se encontra na sua correspondência.

## I – O acolhimento do alvitre e o sucesso do alvitrista

“(…) porque alguma ora avera em que eu sirua a todas e falar a esses senhores do Conselho em mym para que ponha[m] os olhos nos meus negócios porque este he o der[r]adeiro legado [que] sobre esta matéria faço.”<sup>34</sup>

<sup>34</sup> Carta de Diogo de Couto para D. Francisco da Gama, Goa, 27.12.1607 in Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), Tomo 2.º E, p. 378.

Hoje em dia usa-se mais o vocábulo “arbítrio” e “arbitrista”, mas à época de Couto a terminologia utilizada correntemente era antes “alvitre” e “alvitrista”, conforme referia o Padre Bluteau no seu ‘Glossário’ no princípio do século XVIII, definindo:

Alvitre: “o inculcar invetiva util; & commoda, ou proposição, ou conselho para a boa direcção de algum negócio” (seguem-se as abonações);

Alvitreiro: “o que dá alvitres (...). O alvitreiro, que da muitos alvitres”.<sup>35</sup>

Bluteau também considerou o vocábulo ‘arbitrista’,<sup>36</sup> mas ligou-o antes ao conceito de arbítrio, da tomada de uma decisão num assunto em particular, preferindo empregar o termo ‘alvitreiro’, pese reconhecer que aquele também “dá arbítrios, que inventa alvitres”.<sup>37</sup> Não interessa seguir aqui a par e passo a evolução do termo “alvitre”, “alvitrar” e “alvitreiro” ou “alvitrista”, nem as suas minudências definidoras, embora convenha notar que no dicionário de Silva Pinto (1832) havia abonações pejorativas,<sup>38</sup> aliás já presentes no de Moraes publicado a finais de setecentos (1789).<sup>39</sup> Tal mostra o estigma desde sempre associado ao “conselho” dado ao “projecto inventado” para se atingir um fim determinado, mas pior que a mensagem só mesmo o mensageiro, fortemente desacreditado quase desde o início como teremos ocasião de ver, e que na “Arte de Furtar” (1652) aparece associado a figura do judeu (1652),<sup>40</sup> a imagem negativa por excelência na cultura portuguesa da Idade Moderna.

As finuras da terminologia são irrelevantes, pois interessa mais ver aqui como a personagem e o seu produto se tornaram ubíquos a partir do século XVI, época do aparecimento dos mais antigos registos dos termos em apreço (arbítrio/arbitrista),<sup>41</sup> provando o seu uso. De assinalar o

<sup>35</sup> Veja-se Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e latino*, vol. I, s.v. De assinalar que Bluteau também tem entradas para “alvidrar”, definido como julgar o árbitro que salário ou prémio se há de dar, e “alvidrio” ou “alvedrio”, no sentido de ter capacidade de arbítrio para decidir que acção tomar ou não tomar, cf. *Vocabulario Portuguez e latino*, vol. I, s.v.

<sup>36</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulario Potuguez e latino*, vol. I, s.v.

<sup>37</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e latino*, vol. I, s.v.

<sup>38</sup> No sentido de transmitir novidades, embora a antiga definição de “inventar, descobrir um modo de” ainda estivesse presente, se bem que no mundo dos negócios e do dinheiro, cf. Luis Maria da Silva Pinto, *Dicionário da Língua Brasileira*, (1832), s.v.

<sup>39</sup> António de Moraes Silva, *Dicionário de língua portugueza*, vol. I, s.v.

<sup>40</sup> Anónimo (Pe. Manuel da Costa), *A Arte de Furtar*, fl. 64.

<sup>41</sup> Veja-se José Pedro Machado, *Dicionário etimológico da língua portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, vol. I, (8.<sup>a</sup> edi-

sentido duplo do termo já em Quatrocentos, no sentido tanto do julgador (tomar uma decisão/acção) ou do avaliador. Na prática, o arbitrista era quem julgava e avaliava a situação a fim de receitar um remédio. Ambas definições aparecem em Portugal nas Ordenações Manuelinas (1512-1513) e na obra de fr. Amador Arrais (1530-1600); e mesmo na vizinha Espanha estas palavras fazem o seu aparecimento por esta altura,<sup>42</sup> com relevo para a obra de fr. Antonio de Guevara (1480-1545),<sup>43</sup> cuja temática encontra paralelo na literatura política e na cultura portuguesa do tempo. Guevara, para lá de continuar a tradição de *Specula principis* cara à literatura política e moral para a educação do Príncipe,<sup>44</sup> deixou duas obras altamente influenciadoras deste tipo de produção alvitrista, referimo-nos a “Menosprecio de corte y alabanza de aldea” (1539) e a “Aviso de privados y doctrina de cortesanos” (1539). Aqui convém ver para lá dos títulos enganadores, pois uma certa crítica áulica de Guevara, que em Portugal encontrará cultores mais tardios, nomeadamente em Francisco Rodrigues Lobo (1619)<sup>45</sup> e no seu contemporâneo D. Francisco de Portugal (1585-1632), traduz, na realidade, a amargura pessoal de não ter sido o “Privado” cujo “valimento” serviria para guiar o cesáreo Príncipe, ou seja Carlos V (r. 1519-1556), com os seus alvitres no caminho do bom governo.<sup>46</sup> O alvitre seria, assim, o caminho para obter a privança do Príncipe ou, pelo menos à guisa de substituição, para ter a dos que

---

ção), Lisboa: Livros Horizonte, 2003, s. v. (alvedrio, alvidrar, alvidre, alvidro, alvitre, arbítrio), sempre ligado à ideia de juízo, tomada de decisão. Houaiss, contudo, coloca o aparecimento do “alvidrador”, tanto no sentido do que arbitra como o que estima/avalia já no século XV, cf. António Huaiss, *Grande dicionário Huaiss, da língua portuguesa*, vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, s. v. (alvidrador).

<sup>42</sup> Veja-se Joan Corominas, *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, vol. I, Madrid: Editorial Gredos, 1984, s. v. (albedrio), onde a terminologia castelhana tem paralelo com o português, aparecendo as palavras sensivelmente pela mesma época, tendo Antonio de Nebrija dado o termo “albedriar” (alvitrar) com o sentido de julgamento/reflexão já a finais do século XV.

<sup>43</sup> Veja-se Ana Isabel Buescu “Corte, poder e utopia: O relógio de Príncipes (1529), de fr. Antonio de Guevara e a sua fortuna na Europa do século XVI” in *Estudios Humanísticos*, nº 8, 2009, pp. 69-101.

<sup>44</sup> Em Portugal há alguma tradição medieval no campo dos “Espelhos de Príncipes”, cuja obra mais conhecida é a de Álvaro Pais *Speculum regum* (1341-1343), cf. *Espelho de Reis*, tradução de Miguel Pinto de Meneses, 2 vols., Lisboa: Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1955-1963. A sua importância no Portugal tardo-medieval pode-se avaliar pela sua presença nas bibliotecas de D. Duarte e na de D. Afonso V. Sobre esta tema e o seu cultivo em Portugal veja-se Ana Isabel Buescu, “A «pedagogia especular» em Portugal no século XVI” in *Memória e poder. Ensaios de história cultural (séculos XV-XVI)*, Lisboa: Edições Cosmos, 2000, pp. 69-83.

<sup>45</sup> Francisco Rodrigues Lobo, *A Corte na aldea e noites de inverno*, Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1619.

<sup>46</sup> Horacio Chiong Rivero, *The Rise of Pseudo-Historical Fiction. Fray Antonio de Guevara's Novelizations*, Nova Iorque: Peter Lang, 2004, p. 188.

privavam com este, conforme Guevara queria obter a de Francisco de los Cobos. Assinale-se, desde já, a ligação entre os arbitristas castelhanos e os portugueses numa influência temática num fundo cultural comum muito ibérico que terá persistido enquanto género literário para além de 1640. Por outro lado, convém ainda notar como árbitro e arbitrista estão intimamente ligados à ideia do Privado que goza do valimento do Príncipe.

Parece assim certo que o aparecimento do alvitrista está ligado com o desenvolvimento do Estado Moderno e da centralização do poder na figura do Príncipe. Aliás, uma das primeiras abonações do vocábulo em Portugal data do século XVI e surge no quadro do primeiro código legal verdadeiramente moderno que o país dispôs,<sup>47</sup> organizado por um monarca fortemente interventor e bastante cioso das prerrogativas da Coroa, D. Manuel (r. 1495-1521); muito mais do que habitualmente se julga, para o que bastaria ver o contentamento nas falas dos grandes do Reino aquando da aclamação de D. João III (r. 1521-1557), de quem esperavam um reinado menos interventor que o de seu pai, conforme se pode apreciar nas trovas de Gil Vicente <sup>48</sup>. O árbitro está, desta maneira, ligado ao fenómeno do surgimento do Estado Moderno e da centralização política, bem como do reforço do poder interventor do monarca neste processo, ao transformar-se no árbitro dos mais diversos pedidos que lhe são dirigidos directamente sem filtros por todos os seus súbditos. Esta é uma das características fundamentais do Estado dito de Antigo Regime,<sup>49</sup> pois permitia aos súbditos pedir a intervenção correctora do soberano, sendo por isso um factor aglutinador e de coesão social e política, sobretudo nos estados europeus, como era o caso do português, onde a geografia se tinha espalhado por diversos continentes devido à construção de impérios ultramarinos a partir do século XV. Todos sem excepção, mesmo os súbditos mais distantes da metrópole e os que não eram europeus, podiam apelar directamente ao rei para receber, eventualmente, graça e mercê, aliás estas eram as palavras com que terminavam as suas cartas. A esperança da intervenção régia para remediar males no império, mesmo que tardia e imperfeita, dava a este uma coesão que as estruturas administrativas, judiciais e fiscais locais não

<sup>47</sup> *Ordenações Manuelinas*, livro III, título 17.

<sup>48</sup> Trata-se do romance “À aclamação de D. João III” in *Obras completas*, tomo III, Lisboa: Bibliotheca Portugueza, 1852, pp. 353-362.

<sup>49</sup> Sobre as características e limitações do “Estado Moderno” vejam-se, entre outros estudos possíveis, os de António Manuel Hespanha, *História das instituições: épocas medieval e moderna*, Coimbra: Almedina, 1982; *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político em Portugal no século XVII*, Coimbra: Almedina, 1994.

sabiam ou podiam fornecer, apesar de serem uma emanção do poder régio.

A modernização do Estado, contudo, foi acompanhada pelo crescimento de um aparelho burocrático, o qual por mais incipiente e reduzido acabou sempre por criar toda uma série de filtros ao contacto directo entre o monarca e os seus súbditos. Tal contribuiu para isolar o destinatário de todos os pedidos de intervenção, ao que acrescia a multiplicação dos alvitres e dos pedidos de graça e mercê, deixando o aparelho de estado afogado num mar de papel. De resto, a melhor figura do moderno soberano burocrata e submergido em papel é Filipe II de Espanha (r.1556-1598) e I de Portugal (r. 1580-1598),<sup>50</sup> ou em alternativa o valido atalhado na papelada como foi o caso do Conde-Duque de Olivares, autor e destinatário de inúmeros alvitres, para além de ser um acumulador compulsivo de papéis.<sup>51</sup> Neste caso, quando o alvitrista era o próprio Valido, seria de esperar que o texto não só chegasse à mão do Príncipe, mas também que fosse lido. Olivares, no seu segundo “Memorial” entregue a Filipe IV/III (r.1621-1640/65), pediu e incentivou o jovem monarca a interessar-se pelos negócios de Estado e a ler os papéis que lhe entregavam.<sup>52</sup>

A multiplicação da montanha de papel e a voragem do documento, carta, parecer, consulta, memorial e assento foi uma das características do Estado Moderno, bastando para isso ver como aumentou o número de vias dos documentos trocados entre a metrópole e o império e vice-versa (algo sentido particularmente no caso do Estado da Índia por causa do mau desempenho da Carreira da Índia a partir do último quartel

---

<sup>50</sup> Veja-se a avaliação da sua personalidade enquanto homem político feita por Henry Kamen, *Felipe de España* Madrid, Punto de Lectura, 2001, pp. 439-493. Apesar de tudo, Filipe delegou poder nos seus secretários, cuja acção nem sempre correspondeu ao que o monarca esperava deles, caso de Antonio Perez, mas tratou-se de um grupo importante conforme se pode ver em Carlos Xavier de Carlos Morales, “El poder de los secretários reales: Francisco de Eraso” in José Martínez Millán (Ed.), *La corte de Felipe II*, Madrid: Alianza Editoril, 1999, pp. 107-148.

<sup>51</sup> John H. Elliot, *El Conde- Duque de Olivares. El politico en una época de decadencia*, Barcelona: Grijalbo Mandadori, 1998, pp. 733-734 sobre o fim de todos os papéis que acumulou ao longo do se governo.

<sup>52</sup> “I Memorial do Conde-Duque de Olivares para Filipe IV” Madrid 28.11.1621; “II Memorial do Conde-Duque de Olivares para Filipe IV” Madrid 14.09.1626, “III Memorial do Conde-Duque de Olivares para Filipe IV” Pardo 13.02.1627 in ANTT, *Manuscritos da Livraria* 490, fls. 20-27v, 29-34v, 36-43 (respectivamente). A respeito da dedicação de Filipe III/IV a assuntos de Estado veja-se John H. Elliot, *El Conde-Duque de Olivares*, pp. 211-213.

do século XVI<sup>53</sup>). Daqui se realça a importância do suporte, ou seja do papel, enquanto meio físico frágil que permitia toda esta ligação entre o centro e as periferias imperiais; embora Couto, com alguma experiência de manga de alpaca, amaldiçoasse tanto a sua falta como a sua existência: "(...), e assim ficou ardendo por nossas proprias maos a mais riqua nao [*Nossa Senhora da Oliveira*] que de Purtugual partio e tam chea de todas as cousas que ella so bastaua a fartar esta çidade que fica em estado de faltar vinho para as missas e de se não escrever a esse Rejno a falta de papel porque em toda a Jndia o não ha. E prouera Deos que nunca o ouuera, ao menos por se não fazerem tão altos processos de demandas e trapassas em que este Estado se consume (...)." <sup>54</sup>

O isolamento do destinatário dos textos e decisor final ao longo da centúria quinhentista levou os alvitreiros/arbitristas a endereçarem os seus escritos reformistas aos principais conselheiros e ministros na órbita do soberano, ou pelo menos a quem tinha assento nos centros decisores da Coroa. Tal como Guevara gorada a hipótese de obter o ouvido do Príncipe, Carlos V, tivesse apelado aos bons officios do principal ministro do imperador em Castela, Francisco de los Cobos, para assim se tornar no seu valido e deste modo chegar ao César, também os alvitreiros/arbitristas portugueses começaram a escrever e a dedicar as suas propostas aos intermediários do poder para assim poderem obter os ouvidos do Rei. Note-se que o próprio Couto usou e abusou desta forma de intermediação ao tentar utilizar D. Francisco da Gama (1565-1632), o quarto conde da Vidigueira e por duas vezes vice-rei da Índia, talvez o mais frequente destinatário das suas cartas, como possível intercessor do nosso cronista junto de Filipe II (r. 1598-1621). Couto sempre procurou captar as boas graças de D. Francisco mediante a exaltação da sua linhagem e do lugar que os Gamas mereciam ocupar na história portuguesa e no governo da Índia, patente no discurso escrito para a inauguração da

<sup>53</sup> "Nestas tres naos que partem apos das primeiras quatro naos, que todas Deos leue a saluamento, vão a 5.<sup>a</sup> 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> via das cartas de Sua Magestade para vossa senhoria, da quinta vão as mais dellas asinadas por Sua Magestade, a 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> mandou que fossem em copias concertadas e asinadas por mym com as próprias por se escuzar a dilação de jrem asinar a Sua Magestade tam longe como he o Reino de Valença da Coroa de Aragão, honde ora esta" Carta de ? para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira e vice-rei da Índia, Lisboa 18.02.1599 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), tomo 2.<sup>o</sup> E, p. 561. Sobre o comportamento da Carreira da Índia veja-se, entre outros, João Teles e Cunha, *A Carreira da Índia e a criação do mercado intercolonial português, 1660-1750*, tese de doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, pp. 51-135.

<sup>54</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa "a derradeira oitava do Natal", 1608 in ANTT, *Miscelâneas Manuscrita do Convento da Graça* (Lisboa), Tomo 2.<sup>o</sup> E, p. 651.

segunda estátua do seu bisavó Vasco da Gama no arco dos vice-reis em Goa,<sup>55</sup> bem como na correspondência mantida com o conde da Vidigueira. Convém recordar que D. Francisco foi durante algum tempo o presidente do Conselho da Índia,<sup>56</sup> o organismo criado em 1604 para gerir a política ultramarina portuguesa, cuja existência terminou uma década mais tarde (1614), donde o interesse de Couto em manter aberta esta via para influenciar o poder com os seus escritos reformistas e as suas petições pessoais.<sup>57</sup>

Todos procuraram multiplicar os canais de acesso a um Príncipe cada vez mais isolado, tendo o próprio Diogo do Couto usado para esse fim mais de um interlocutor, caso de Diego de Silva y Mendonza, conde de Salinas e Ribadeo e Marquês de Alenquer. Diego de Silva y Mendonza era um homem ligado aos assuntos portugueses desde 1605 por via do seu lugar no Conselho de Portugal, tendo chegado inclusive a ser vice-rei de 1617 a 1621,<sup>58</sup> sendo o destinatário da dedicatória do segundo “Soldado

---

<sup>55</sup> Caso concreto do “Tratado de todas as cousas socedidas ao valeroso capitão Dom Vasco da Gama primeiro Conde da Vidigueira: Almirante do mar da India: no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente: e de todas as vezes que ha India passou: e das cousas que socederão nella a todos os seus filhos. Dirigido a Dom Francisco da Gama Conde da Vidigueira Almirante do mar Indico e visorrei da India”, Biblioteca Nacional de Portugal (doravante BNP), *Fundo Geral*, cód. 462. “Quinta Oração”, datada de 1609-1610 in Maria Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro e Nuno Vila-Santa, *Diogo do Couto orador. Discursos oficiais proferidos na Câmara de Goa*, Portimão: Arandis, ISMAT, 2016, pp. 75-83.

<sup>56</sup> Veja-se o estudo clássico de Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho da Índia. Contributo para o estudo da administração e do comércio do ultramar português nos princípios do século XVII*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952; Ana Teresa Hilário Chaves, *O Conselho da Índia e o seu papel no provimento das principais fortalezas do Índico (1604-1614)*, dissertação de metrado em História Moderna e dos descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016.

<sup>57</sup> “Eu cudo, porque me vou pella razão, que deue vossa senhoria de estar nesse Tribunal [Conselho da Índia], lugar em que me pode executar o gosto que sempre mostrou de me fazer merce. E isso não se deminua agora pois em mym sempre cresce cada vez mais o desejo de o servir (...)”, Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa, “derradeira oitava do Natal”, 1608, in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), Tomo 2.º E, p. 654.

<sup>58</sup> A sua nomeação devia-se ao facto de ser filho de um português, Rui Gomes da Silva, bem como à protecção dispensada pelos dois validos de Filipe III de Espanha, os duques de Lerma e de Uceda, a este personagem; sobre a sua vida veja-se Trevor J. Dadson, *Diego da Silva y Mendonza. Poeta y político en la corte de Felipe III*, Granada: Ediciones de la Universidad de Granada, 2011; que actualiza e revê alguns aspectos da biografia de Silva y Mendonza pelo seu primeiro biógrafo Claude Gaillard, *Le Portugal sous Philippe III d'Espagne. L'action de Diego de Silva y Mendonza*, Grenoble: Université de Grenoble, 1982.

Prático” em 1612;<sup>59</sup> sem dúvida na expectativa de influenciar a política imperial portuguesa e de, eventualmente, o cronista ser pago pelo seu serviço. Nem sempre os ministros e conselheiros régios eram as únicas vias escolhidas, porque o acesso ao Príncipe ou ao seu valido podia passar por caminhos mais ínvios, a exemplo do escolhido por Diogo de Castilho na década de 1620 para fazer chegar o seu alvitre às mãos do então Conde de Olivares por via do seu influente confessor, o jesuíta Hernando de Salazar,<sup>60</sup> como meio expedito de entrar na sua consciência. Ora fazer chegar o alvitre ao seu destino começava a revelar-se progressivamente difícil, tal era a romaria de suplicantes que chegava à Corte por uma ou outra razão. O próprio Couto deixou transparecer o seu queixume a respeito de ter sido ignorado por algum destinatário dos seus pedidos, a exemplo das cartas para o monarca que deixaram de ser respondidas desde a morte do secretário Diogo Velho, acrescentando “(...), estive para parar nas lembranças que lhe faço [ao rei], como farej se se esquecerem de mim. Vossa senhoria lembre isto ao Secretario e a esses Senhores, porque veja eu se ha Sua Magestade [é] seruido do que faço, e se não cuidarei outra cousa <e se me escreue qua se somem as cartas>”.<sup>61</sup>

A multiplicação de canais de acesso ao Príncipe começava a revelar-se insuficiente a finais de Quinhentos, pois o número ingente de documentos oficiais e de alvitres tornava cada vez mais difícil que estes alcançassem o seu destinatário. Donde os alvitristas começarem a deslocar-se para a Corte e a instalar-se aí a fim de poderem apresentar pessoalmente o seu projecto reformista, conforme deixaram constância os escritos de Tomé Pinheiro da Veiga sobre a corte de Filipe II/III em Valhadolide, os de D. Francisco de Portugal e de D. Francisco Manuel de Melo sobre a corte madrilena de Filipe III/IV (r. 1621-1640/65). D. Francisco de Portugal, aliás, não escondia o desânimo sentido em 1622 face ao número

---

<sup>59</sup> Diogo do Couto, *Soldado Prático*, texto restituído, prefácio e notas de Manuel Rodrigues Lapa, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1937 (várias vezes reimpresso na colecção “Clássicos Sá da Costa”), pp. 1-2.

<sup>60</sup> Veja-se “Memorial de Diogo de Castilho” s/l [Lisboa], s/d [década de 1620] in ANTT, *Manuscritos da Livraria* 490, fls. 3-19. Sobre Salazar veja-se a sua influência e confluência com os pontos de vista do seu confessor em Fernando Negrado del Cerro, “La hacienda y la consciencia. Las propuestas del confessor del Conde Duque para el saneamiento de las finanzas reales (1625)” in *Cuadernos de Historia Moderna*, (Madrid), vol. 27 (2002), pp. 171-196, Nicole Reinhardt, *Voices of Conscience. Royal Confessors and Political Counsel in Seventeenth-Century Spain and France*, Oxford: Oxford University Press, 2016, pp. 34, 175-176, 192.

<sup>61</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa, “A derradeira oitava do Natal”, 1608, in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), tomo 2.º E, p. 653. Note-se que Couto alimentava a esperança que lhe podiam desviar as cartas régias no acrescento que fez do seu próprio punho à carta.

de suplicantes e alvitristas: “Aqui me tem Vossa Senhoria [D. Rodrigo da Cunha] em Madrid já azevieiro e já enfadado. Tudo visto e estes nadas e a tudo se pode dizer não é assim quando lá vou. O caminho é desacomodado e os ministros não dão borrifos e chorarei com Manzanares, que assim fazem outros”.<sup>62</sup> O desengano de mundo sentido pessoalmente por D. Francisco de Portugal não era apenas físico, deslocar-se à Corte para tratar de algo, fosse pedir mercês ou apresentar alvitres, tinha um custo material e media-se no tempo. O autor de a “Arte de Furtar”, com o exagero habitual deste tipo de escritos, contava a história “de Campo Mayor veyo hum Fidalgo requerer serviços a esta Corte: aconselhou-se com hum Religioso letrado sobre o modo, que havia de seguir, e comunicou-lhe tudo: Perguntou-lhe o servo de Deos, que cabedal trazia para os gastos? Respondeo que hum cavallo, e dous homens de serviço, e oitenta mil reis que fez de hum olival que vendeo. (...) [o religioso detalhou os passos que devia dar, as instituições que teria de visitar, os ministros que precisaria de ver, e rematou], e ainda não lhe disse tudo: mas se quiser saber mais de raiz, falle com pessoas, que ha nesta Corte de tres, cinco, e de oito annos de requerimentos, e elles lhe dirão o como isto pica. A resposta, que o Fidalgo deu ao Religioso foy, que se ficasse embora, que tornava para Campo Mayor.”<sup>63</sup>

Nem todos regressavam logo desiludidos e de mãos a abanar, porque havia quem preferisse ficar e “picar”. Alguns alvitristas deslocavam-se temporariamente a Madrid durante a união de coroas, como parece ser o caso de João da Gama autor de um alvitre para sanear os males do Estado da Índia datado de 1618,<sup>64</sup> outros havia que aí se instalavam por longas temporadas ou mesmo permanentemente, a exemplo do mercador cristão-novo Duarte Gomes de Solis.<sup>65</sup> A residir em Madrid a partir de 1611 com o intuito de apresentar pessoalmente os seus alvitres reformadores do comércio português na Ásia e pela Carreira da Índia, Solis tentou dirigir-se ao valido da época, o duque de Lerma,<sup>66</sup> mas uma

<sup>62</sup> Carta de D. Francisco de Portugal para D. Rodrigo da Cunha, Madrid, 22.05.1622 in D. Francisco de Portugal, *Epistolário a D. Rodrigo da Cunha, bispo de Portalegre, e do Porto e arcebispo de Braga (1616-1631)*, edição, introdução e notas de José Adriano de Freitas Carvalho, Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2015, p. 97.

<sup>63</sup> Anónimo [Padre Manuel da Costa], *A Arte de Furtar*, edição crítica com introdução e notas de Roger Bismut, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, pp. 289-290.

<sup>64</sup> “Parecer de João da Gama para remediar os males do Estado da Índia” Madrid 13.10.1618 in ANTT, *Manuscritos da Livraria* 1116, fls. 503-513.

<sup>65</sup> A melhor biografia de Solis é a de António Borges Coelho, “O mercantilista português Duarte Gomes Solis (1561/62-c.1630)” in *Portugaliae Historica*, vol. I (2.ª série), 1991, pp. 183-257.

<sup>66</sup> Veja-se Moses Bensabat Amzalak, *Uma carta de Duarte Gomes ao Duque de Lerma*, Lisboa: s/e, 1943. A carta está datada de Lisboa 12.12.1612, ou seja trata-se de uma primeira ten-

vez desenganado quanto à sua hipótese de chegar a este deve ter tentado captar a atenção dos seus validos, Rodrigo Calderón e Juan de Ciriza.

Solis não estava sozinho na Corte, pois o número de alvitristas continuava a aumentar, sendo talvez o flamengo Jaques do Couto (*i.e.* Jacques de Coutre ou Jacobus van de Koutere) o exemplo mais estranho de todos a ter este tipo de discurso por ser um estrangeiro a alvitrar sobre uma parte do império português de onde saía preso. Coutre acabou por ir a parar a Madrid por volta de 1623, após ter sido expulso da Índia acusado de conluio com os holandeses,<sup>67</sup> tendo proposto alvitres reformadores<sup>68</sup> e inclusive transmitido as suas advertências a D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, que acabara de ser nomeado vice-rei em 1628.<sup>69</sup> Era certo que Coutre tinha uma experiência de cerca de trinta e um anos de vivência no Estado da Índia, mas não era português como tinha sido a maioria dos alvitristas até então, embora a Monarquia Dual como um estado compósito por diversos estados e nacionalidades fosse menos avesso que a Coroa portuguesa em aceitar o discurso reformista de pessoas oriundas dos outros reinos que a compunham, ou mesmo estrangeiros, como teremos ocasião de ver.

Tentar a sua sorte junto do Valido, contudo, não estava isento de riscos, pois a privança tinha os seus perigos, do qual o maior era a queda do valido e a dos seus privados, que em alguns casos podia chegar inclusivamente à morte, a exemplo de Rodrigo Calderón decapitado na Plaza

---

tativa feita por Solis para obter a atenção do valido a favor de uma reforma na navegação e na construção naval, bem como do provimento de capitães para as fortalezas do Estado da Índia. Lerma não deve ter lido a carta, tendo Solis integrado esta na sua obra de 1622, "Discurso sobre los comércios de las do Indias". A respeito de Lerma e da sua carreira política enquanto valido de Filipe III de Espanha consulte-se Antonio Feros, *Kingship and Favoritism in the Spain of Philip III, 1598-1621*, Cambridge: Cambridge University Press, 2000 (há tradução em castelhano, *El Duque de Lerma. Realeza y privanza en la España de Felipe III*, Madrid: Marcial Pons Historia, 2010).

<sup>67</sup> Sobre a vida de Coutre veja-se Peter Borschberg, *The Memoirs and Memorials of Jacques de Coutre. Security, Trade and Society in 16th-17th Century Southeast Asia*, Singapura: NUS Press, 2014, pp. 2-22.

<sup>68</sup> A obra na nota anterior transcreve os que se conhecem, sendo o mais conhecido o *Como remediar o Estado da Índia*, com introdução e notas de B. N. Teensma, Leiden: Centre for the History of European Expansion, 1989.

<sup>69</sup> Advertências de Jacques do Couto [Coutre] ao Conde [de Linhares], s/l [Madrid], 29.12.1628 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), caixa 16, VI F, fls. 52v-56v, o nome do destinatário das advertências aparece rasurado, mas pelo conteúdo e data só pode ser o conde de Linhares.

Mayor de Madrid a 21 de Outubro de 1621,<sup>70</sup> cuja notícia foi comentada em Lisboa por D. Francisco de Portugal devido ao estoicismo com que enfrentou o carrasco: “e a morte do Caldeirão posto que tão desejada, dizem que lastimou aos maiores inimigos, ele se soube aproveitar dela (...)”.<sup>71</sup>

Assim, todo o tempo investido para abrir o caminho ao alvitrista e ao seu alvitre tinham sido desperdiçados. Ao alvitrista não lhe restava outra solução senão começar tudo do zero, ou quase, como aconteceu com Solis após a chegada do novo regime com a subida ao trono de Filipe III/IV e o início da privança do seu novel valido, don Gaspar de Guzmán, o futuro Conde-Duque de Olivares. A mudança política, por seu lado, não assegurava um melhor acesso ao Príncipe, nem que este e os seus ministros se interessassem mais pelos alvitres, mesmo quando a reforma parecia ser a força motriz do reinado inaugurado em 1621. D. Francisco de Portugal foi um bom guia destes novos tempos e das mudanças operadas nos principais tribunais da Monarquia, escrevendo descorçoado “*Vou-me de dia em dia, de ano em ano, sem fazer nada nesta corte, que os ministros têm-me conhecido que devem de cuidar que não presto eu para nada. As calmas entram, eu não saio e não bastou inculcar-me para grumete e negociar com má fortuna, tem estes acintes.*”<sup>72</sup>

Solis sofreu tais acintes na pele, pois o seu alvitre intitulado “Discurso sobre los comercios de las dos Indias”,<sup>73</sup> um pesado cartapácio com mais de 250 páginas impresso à sua custa e distribuído pelos ministros da Monarquia Dual, esbarrou contra a muralha da burocracia, pelo que o alvitrista se viu obrigado a condensar o tratado e a passar pelo crivo dos burocratas do Conselho de Portugal após ter captado o ouvido de Olivares, com quem teria falado algumas vezes sobre o seu plano reformista. O primeiro burocrata que contactou, Pedro Álvares Pereira, escreveu no parecer apenso aos seis pontos em que resumira o calha-maço “lo que dize, lo mescla com muchas cosas agenas de la materia

<sup>70</sup> Antonio Feros, *El Duque de Lerma*, pp. 456-458. Santiago Martínez Hernández, *Rodrigo Calderón: la sombra del valido: privanza, favor, corrupción en la corte de Felipe III*, Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica/Marcial Pons Historia, 2009, pp. 303-307.

<sup>71</sup> Carta de D. Francisco de Portugal para D. Rodrigo da Cunha, Lisboa 11.11.1621 in D. Francisco de Portugal, *Epistolário a D. Rodrigo da Cunha*, p. 90.

<sup>72</sup> “Carta de D. Francisco de Portugal para D. Rodrigo da Cunha, Madrid 24.05.1623 in D. Francisco de Portugal, *Epistolário a D. Rodrigo da Cunha*, p. 146.

<sup>73</sup> Restam poucos exemplares do alvitre inicial, encontrando-se uma cópia na Biblioteca Nacional de Portugal (Res. 4934 P.), mas foi objecto de uma reimpressão por um dos maiores estudiosos da obra de Solis, Moses Bensabat Amzalak, *Discurso sobre lo comercio de las dos Indias*, com uma introdução por Moses Bensabat Amzalak, Lisboa: s/e, 1943.

com lo que lo confunde, y escurece todo”,<sup>74</sup> tendo ainda desfeito a maior parte das propostas, sobretudo no tocante à protecção a dispensar aos cristãos-novos e a tolerância aos judeus em Portugal e no seu império. O segundo burocrata, Mendo da Mota, recebeu uma memória muito mais larga, quarenta e quatro pontos distribuídos por cerca de quinze fólhos,<sup>75</sup> mas a sua apreciação não diferiu muito da do colega, tendo concluído “esto es lo que se me offerece acerca deste papel, dexando muchas cosas que toca miscellaneamente y repite muchas vezes sin necesidad”,<sup>76</sup> Em carta para Olivares, Mendo da Mota, transmitiu a sua avaliação pessoal e rematou com a sua opinião sobre o alvitre e a personagem dizendo:

“En esse papel [relatório] digo lo que me parece a cerca de las cosas que Duarte Gomes propone. Quanto a su persona, tendrá Vuestra Excelencia já entendido de las vezes que habló com el, lo que yo me escuso dizir.

Oile sobre la matéria y, proponiendole las dudas que se me offerecian a cerca de lo que dize de la plata, no me supo dar satisfacion a ellas, como realmente no la tienen. Salióseme diziendo que aquello era matéria de cuentas, y por esso yo no estava tanto en ella.

El hombre tiene humor y, aunque en lo que dize no parece que ai substancia, com todo da occasion a se poder tratar desto y de otras cosas que no serán de poca importância, como en otras ocasiones tengo representado a Vuestra Excelencia.”<sup>77</sup>

Captar a atenção do Príncipe ou do Valido, como aconteceu com Solis, não significava que o caminho estava aberto para a aceitação e implementação do plano reformista. Podemos e devemos duvidar, como o próprio Solis o fez anos depois,<sup>78</sup> se com este tipo de pareceres alguém

<sup>74</sup> “Parecer de Pedro Álvares Pereira” Madrid 07.01.1622 in *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. II, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, p. 283.

<sup>75</sup> Memória de Duarte Gomes Solis para Mendo da Mota, Madrid ?12.1621, in Léon Bourdon, *Mémoires inédits de Duarte Gomes Solis (Décembre 1621)*, Lisboa: Editorial Império, 1955, pp. 16-59.

<sup>76</sup> Relatório de Mendo da Mota sobre a memória de Duarte Gomes Solis, Madrid 28.12.1621, in Léon Bourdon, *Mémoires inédits de Duarte Gomes de Solis*, p. 62.

<sup>77</sup> Carta de Mendo da Mota ao conde de Olivares, Madrid 29.12.1621 in Léon Bourdon, *Mémoires inédites de Duarte Gomes de Solis*, p. 64.

<sup>78</sup> Logo no prómio ao leitor da obra de 1628 Solis constatou que “Empeñado el Autor en el libro que imprimio y dedico a su Magestad en el principio del año de 622, (...) viendo el poco caso que se avia hecho de cosas tan importantes y graves, que desde entonces hasta este año de 628 han sucedido, le parecio que devia ratificarse com otras advertencias a

do Conselho de Portugal ou mesmo Olivares lera uma linha do alvitre ou dos seis pontos que o resumiam. Mas estes contratemplos não desanimavam os alvitristas, pelo contrário, parece que os animavam a voltar à carga. Couto, a viver e a trabalhar em Goa, ou seja a mais de oito meses de viagem da capital da Monarquia, voltou a escrever um novo “Soldado Prático” (1612) uma vez perdido o primeiro e a enviá-lo para o Reino na esperança de ser escutado; apesar de ameaçar sempre ser a última vez dada desilusão com o mundo e a avançada idade, chegando inclusive a identificar-se e a fundir-se com a Índia ao comparar a sua sorte com o infortúnio do Estado, como se os dois fossem um só corpo: “E serto que não sej mor protento ou sinal de tudo de hir acabando que ver o descudo que se uza com hum homem que esta com huma pena na mão escrevendo dos homens que em todas as nações do mundo sempre se acostumão honrar, e fauorecer mas consolome, que pois a Jndia padesse tantos naufrágios e trebulações que he justo que a seu choronista corra com ella huma mesma fortuna.”<sup>79</sup>

Tal como Solis redigiu e imprimiu à sua custa um novo alvitre em Madrid, tão confuso quanto o anterior, passado seis anos,<sup>80</sup> porque, conforme confessava em 1628, nem mesmo “[...] su Magestad fue servido que para que se tratasse de su reparaciõ [assuntos da Índia], se juntasen tantos Ministros y Consejeros, como a esta Corte vinieron, sin otro numero de personas, que nunca pensaron que podian dar su parecer, ni ser admitidos a la consulta de negocios públicos; este sentimento que huviera de entibiarme, encendio mas el desseo que tengo de servir a su Magestad, (...)”<sup>81</sup> Talvez tenha sido por o isolarem, difamarem e ignorarem em 1622 que Solis voltou à carga e tenha dedicado o novo discurso reformista ao todo-poderoso Conde-Duque, para que este uma vez interessado “los Ministros de su Magestad, lisonjeando el gusto de Vuestra Excelencia, le lean [o alvitre] y adviertan (...)”<sup>82</sup>

---

cerca de la Compañia, y socorro que ella pretende embiar ala India, (...)” in Duarte Gomes Solis, *Alegacion a favor de la Compañia de la India Oriental comércios ultramarinos, que de nuevo se instituyó en el Reyno de Portugal*, editada e prefaciada por Moses Bensabat Amzalak, Lisboa: Editorial Império, 1955, p. 17.

<sup>79</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 16.12.1607 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), Tomo 2.º E, p. 381.

<sup>80</sup> Trata-se de *Alegacion a favor de la Compañia de la India Oriental, y comércios ultramarinos que de nuevo se instituiò en el Reyno de Portugal*, s/l [Madrid]; s/e, 1628, da qual há uma cópia na Biblioteca Nacional de Portugal (Res. 4933 P.), obra reimpressa com o mesmo título e prefaciada por Moses Bensabat Amzalak (Lisboa, Editorial Império, 1955).

<sup>81</sup> Duarte Gomes Solis, *Alegacion a favor de la Compañia de la India Oriental*, p. 16.

<sup>82</sup> Duarte Gomes Solis, *Alegacion a favor de la Compañia de la India Oriental*, p. 16.

Poder-se-á ver nos exemplos anteriores o princípio que há grupos sociais com melhor ou pior sorte na recepção e aceitação dos seus alvitres?

Não necessariamente, pois o bom sucesso do alvitre sempre foi mais um caso individual, embora as pessoas com melhores contactos e familiares na Corte e no aparelho de estado, ou seja os estamentos privilegiados do Antigo Regime, pudessem contar com uma melhor aceitação do seu discurso reformista. Mas nem sempre foi assim, pois os alvitres escritos pelos diplomatas portugueses após a Restauração, uma profissão recrutada entre os grupos privilegiados e onde o alvitrismo se tornou endémico, com cultores como Duarte Ribeiro de Macedo, D. Luís da Cunha e Sebastião José de Carvalho e Melo entre tantos outros, não tiveram melhor aceitação e a maioria acabou a acumular pó nos arquivos.<sup>83</sup> Solis seria sempre um caso à parte por ser cristão-novo, conforme se pode notar na forma como Pedro Álvares Pereira o procurou desacreditar no seu parecer.<sup>84</sup> Aliás, os burocratas no activo sempre foram os maiores

<sup>83</sup> Veja-se, a guisa de exemplo, o debate candente que animou boa parte dos alvitristas portugueses da Idade Moderna em torno da ideia da constituição de uma Companhia de Comércio para a Índia discutida de forma concreta desde o século XVII, tendo Duarte Gomes Solis sido um dos seus primeiros cultores sérios, senão o primeiro, e que se manteria como panaceia até finais do século XVIII com muitos diplomatas de permeio. Nem Sebastião José de Carvalho e Melo lhe escapou, pois, enquanto ministro em Londres, endossou um plano nesse sentido ideado por John Cleland em 1742 (cf. Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo para o Cardeal da Mota, Londres 19.01.1742 in *Escritos económicos de Londres (1741-1742)*, editado por José Barreto, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986, pp. 133-158; e o plano de Cleland está em apenso nas pp. 158-161). O projecto foi discutido pelo Conselho da Fazenda, a Casa da Índia, o Provedor da Fazenda e a Mesa do Bem Comum dos Mercadores, tendo Cleland vindo pessoalmente a Portugal em 1743 para explicar melhor o seu plano e o próprio Carvalho e Melo entregou em mão ao Cardeal da Mota uma versão mais detalhada. O assunto não foi avante perante a oposição generalizada do aparelho administrativo, exceptuando a Casa da Índia que o apoiou (cf. Consulta do Conselho da Fazenda, Lisboa 09.01.1743 in BNP, *Fundo Geral*, cód. 675, fls. 235-251), indo parar como tantos outros à prateleira (de onde só sairia dois séculos mais tarde), mas Carvalho e Melo resolveu embelezar o fiasco dizendo que o plano fracassara porque não lhe quiseram dar os louros da sua criação (onde já se ouviu isto!) e por isso castigaram-no atirando-o para um posto diplomático de segunda, Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo para Marco António de Azevedo Coutinho, Viena 15.11.1748 in BNP, *Pombalina*, cód. 613, fls. 175v-176.

<sup>84</sup> “Y tambien me parece que se deve tratar y oyr a Duarte Gomez com advertência de que há sido tan falta de gobierno y assiento que se le ha quitado su hazienda y una hija que tiene, y todo está a la administracion de su suegro Hector Mendez, y assi lo bueno que dize por la experiencia que tiene del tiempo que estuvo en la India y tenia sus negociaciones y credito es aora mesclado com muchas impertinencias y desigualdad que procede del poco assiento que tiene en su juicio y modo de proceder.”; “Parecer de Pedro Álvares Pereira” Madrid 07.01.1622 in Léon Bourdon, *Mémoires inédites de Duarte Gomes de Solis*, p. 16.

detractores do género, porque encaravam o alvitre como uma intromissão no bom governo da República, e os alvitristas como pessoas bem intencionadas, no melhor dos casos, pois tanto Álvares Pereira como Mota acreditaram nas boas intenções e no empenho de Solis,<sup>85</sup> mas mal-informadas e, eventualmente, parciais ao grupo social e económico de origem. Mas Couto, sem o ferrete de “Homem da Nação” como tinha Solis, também não teve melhor sucesso com os seus como se lamuriava a par e passo na correspondência com D. Francisco da Gama. Perante a recusa em aceitar o alvitre será que o alvitrista iria modelar o seu discurso reformista para o adequar ao que o poder esperava e queria ouvir na esperança de ser recebido?

Talvez, embora convenha não esquecer que a maioria dos alvitres glosava temas discutidos entre as correntes de opinião da época e muita da matéria e da argumentação eram partilhadas por um conjunto mais ou menos alargado de pessoas. Veja-se, a título de exemplo, como Duarte Ribeiro de Macedo tinha sabido por meio de um dos seus correspondentes, o Pe. António Vieira, que o jesuíta também tinha ideado um plano para introduzir o cultivo de especiarias asiáticas no Brasil quando o diplomata se preparava para tratar do mesmo assunto.<sup>86</sup> Vieira e Ribeiro de Macedo não estavam isolados e os seus alvitres para se aclimatar o cultivo das especiarias asiáticas no Brasil partilhavam algumas das preocupações da Coroa, nomeadamente para recuperar o Brasil face a uma crise económica criada pela concorrência movida por outros centros americanos produtores de açúcar e de tabaco, e para impedir a saída de metais preciosos do Reino para a sua aquisição na Ásia, ambos princípios caros ao mercantilismo, como ainda para desferir um ataque aos rivais que a tinham vencido no Oriente: os holandeses.<sup>87</sup>

Contudo, conviria lembrar que no Brasil havia um movimento de aclimação de plantas asiáticas úteis economicamente que era anterior e informal, tendo sido o seu cultivo proibido e as espécies erradicadas no início do século XVI por ordem de D. Manuel (sem sucesso no caso do

---

<sup>85</sup> Parecer de Pedro Álvares Pereira, Madrid 07.01.1622; Carta de Mendo da Mota ao conde de Olivares, Madrid 29.12.1621, in Léon Bourdon, *Mémoires inédites de Duarte Gomes de Solis*, pp. 16, 64.

<sup>86</sup> Nessa carta datada de 28 de Janeiro de 1675, Vieira informara Ribeiro de Macedo que tinha elaborado tal plano para o submeter ao vice-rei do Brasil, o conde de Óbidos (1663-1667), mas o diplomata não indicou qual foi o resultado do alvitre do jesuíta. “Discurso sobre a transplantação dos frutos da Índia para o Brasil” s/l, s/d in ANTT, *Manuscritos da Livraria* 905, pp. 86-87.

<sup>87</sup> Veja-se Warren Dean, “A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil” in *Estudos Históricas*, (Rio de Janeiro), vol. 4, n.º 8, (1991), pp. 216-228.

gengibre que se tornou endémico); e os holandeses da West Indische Compagnie voltaram a introduzir algumas com sucesso (caso do anil e da noz-moscada).<sup>88</sup> A aclimação era, assim, anterior, tendo a Coroa inclusive permitido a cultura do gengibre (*Zingiber officinale* Roscoe) e do anil (uma espécie da família *Indigofera*, talvez a *I. tinctoria* L.) no Brasil a partir de 1642.<sup>89</sup> Assinale-se que o plano foi mesmo para a frente com pouca ou nenhuma contribuição efectiva dos dois alvitristas referidos, embora o Brasil se viesse a revelar um pobre substituto para a importação de especiarias da Ásia (sobretudo pimenta e canela), mau grado as tentativas terem continuado por mais de um século.<sup>90</sup> De resto, o Portugal do último quartel do século XVII não fazia mais do que seguir uma dinâmica europeia no estudo e na aclimação de espécies botânicas interessantes do ponto de vista económico fora do seu habitat natural, pelo que seria natural haver alvitres sobre o assunto.

Todavia, seria despidiendo acreditar que todos os alvitristas escreveram sem se preocuparem se o seu discurso iria agradar ou desagradar ao Príncipe. Solis, por exemplo, escreveu animado por um verdadeiro espírito reformista sem se apoquentar com o destinatário ao defender políticas de protecção aos cristãos-novos e a tolerar a entrada de judeus no Estado da Índia, posições que desagradaram profundamente aos burocratas de serviço, nomeadamente a Pedro Álvares Pereira.<sup>91</sup> Outros alvitristas mais avisados e experimentados, como D. Luís da Cunha, resolveram jogar pelo seguro e meteram o alvitre na gaveta à espera de melhores dias, pois sabiam que o Príncipe e os Ministros de então não o iriam aceitar. Apesar de lhe ter sido pedido por Marco António de Azevedo Coutinho, D. Luís da Cunha, preferiu dar o texto daquilo que viria a ser conhecido por “Testamento Político” ao seu sobrinho D. Luís da Cunha Manuel, por achar que aquele as pedira por lisonja e para ficar com a glória de as apresentar a D. João V (r. 1705-1750), embora Azevedo Coutinho soubesse de antemão que o alvitre nunca seria aplicado por ser “demasiado livre” para o gosto do monarca reinante. Para mais, D. Luís achava que o sobrinho devia esperar pelo reinado seguinte para apresentar o discurso reformista ao novo Príncipe, onde teria melhor

<sup>88</sup> Duarte Ribeiro de Macedo, “Discurso sobre a transplantação dos frutos da Índia para o Brasil” s/l, s/d in ANTT, *Manuscritos da Livraria* 905, p. 72.

<sup>89</sup> Dauril Alden, “The Growth and Decline of Indigo Production in Colonial Brazil: A Study in Comparative Economic History” in *Journal of Economic History*, 25-1 (March 1965), p. 46.

<sup>90</sup> Sobre o processo e as deficiências técnicas e científicas veja-se, entre outros, Luís Ferrand de Almeida, “Aclimação de plantas do Oriente no Brasil nos séculos XVII e XVIII” in *Revista Portuguesa de História*, tomo XV, 1975, pp. 339-381.

<sup>91</sup> Parecer de Pedro Álvares Pereira, Madrid 07.01.1622 in Léon Bourdon, *Mémoires inédites de Duarte Gomes de Solis*, pp. 15-16

acolhimento e maior possibilidade de ser aceite e de ser recompensado, como veio a ser recebendo uma das Secretarias de Estado no reinado de D. José I (r. 1750-1777).<sup>92</sup>

Quanto a Couto e aos seus alvitres, estes não corriam muito o risco de serem rejeitados, mas também nunca tiveram o acolhimento desejado e só conheceram uma glória póstuma mais de dois séculos volvidos após a sua redação, mostrando o seu insucesso em vida. A posteridade, contudo, não era o objectivo dos alvitristas, porque como pusera Diogo Couto na boca do seu primeiro “Soldado” ele queria ser recompensado em vida, não devendo nós fazer caso de ter escrito: “(...), eu não peço a Sua Magestade que me faça fidalgo nem que me de o abito de Christo porque o mundo esta tam cheo delles que jnda ejde ser conhecido por homem que não tem abito como antigamente era conhecido Antonio Freire polo do abito, (...)”.<sup>93</sup> Tanto era assim que Couto referiu-se amiúde na sua correspondência com D. Francisco da Gama que decidira queimar todos os seus papéis à hora da morte para ninguém ficar com os louros que lhe pertenciam exclusivamente e que as cinzas o amortalhassem por toda a eternidade: “(...), não sej quando este bem [mercês] vira, porque sou de sessenta e quatro [anos], e quando me derem alguma cousa sera a tempo que seia enterrado em São Francisco sobre as sinzas dos meus liuros e papeis, e lembranças que hejde mandar queimar antes de morrer porque não logre outrem de suor de meus trabalhos e lhe fação a elles as merçes que me a mim negarão.”<sup>94</sup>

O anseio de ser recompensado contrastava vivamente com a imagem plácida transmitida pelo seu primeiro biógrafo e correspondente epistolar Manuel Severim de Faria, descrevendo Couto como alguém a viver numa espécie de “aurea mediocritas” que o deixaria feliz, “era pouco cobiçoso, que para homem que viueo tantos annos na India, he grande maravilha, & assi foy mais rico de partes, & merecimentos que de fazenda, posto que esta lhe não faltou em estado, com que sempre passou

<sup>92</sup> Veja-se D. Luís da Cunha, *Instruções Políticas*, introdução e edição crítica de Abílio Diniz Silva, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 137-146; D. Luís da Cunha, *Testamento Político, ou Carta de Conselhos ao senhor D. José sendo príncipe*, introdução, estudo e edição crítica de Abílio Diniz Silva, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2013, pp. 20-32.

<sup>93</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 16.12.1607 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas de Nossa Senhora da Graça* (Lisboa), Tomo 2.º E, p. 382.

<sup>94</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 16.12.1607 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas de Nossa Senhora da Graça* (Lisboa), Tomo 2.º E, p. 381.

honradamente”.<sup>95</sup> Não nos deixemos enganar pela placidez da imagem construída por Severim de Faria, nem com as ameaças do alvitrista, de resto não cumpridas que se saiba, porque a posteridade e o reconhecimento continuavam a ser o objectivo almejado por Couto, mesmo após a morte, ao tentar emular a máxima de um probo herói romano para a sua lápide funerária: “E torno afirmar a vossa senhoria que senão honrarem e fizerem merçe que ejde fazer tudo em po e deixar na sepultura o letreiro de Fabrício *Ingrata patria ossa mea nom poçedebis*.”<sup>96</sup>

A putativa imortalidade após a morte e sem recompensa neste mundo não era o que movia Couto, como aliás deixam transparecer as cartas e a demais documentação escrita por si que chegou aos nossos dias, pelo menos a conhecida e repertoriada, porque ainda deve haver alguma desconhecida.<sup>97</sup> Numa petição autógrafa dirigida a Filipe II, e escrita por volta destes anos (1607), Diogo do Couto mencionava os seus trabalhos de guarda-mor da Torre do Tombo de Goa e de cronista da Índia desde o reinado de Filipe I, com um ordenado de 120\$000 réis ano, e aduzia ter “(...) s[er]uido ha muitos annos neste negocio: e escrito sete velum[es] que tem nesse Rejno que lhe tem custado muito trabalho e muita despe[sa] e ordenado há muito pouco”, acrescentando:

“Pede a Vossa Magestade lhe faça [mercê] de lhe acrescentar mais oitenta mil reis para serem duze[ntos] avendo respeito ao mujto trabalho que tem no negocio de que [Vossa Ma]gestade o encarregou de passar as certidõis dos serviços dos [ho]mens em que merece mais por tudo em que serue

<sup>95</sup> Manuel Severim de Faria, *Discursos varios politicos*, Évora, Oficina de Manuel Carvalho impressor da Universidade, 1624, fls. 156v-157. O dado interessante nesta apreciação de Severim de Faria sobre o seu biografado não reside no facto de Couto saber viver com o suficiente e contentar-se, mas sim em resistir à corrupção do luxo e da vida asiática, à imitação dos romanos da República que tinham rechaçado o amolecimento proveniente do contacto com o mundo helénico. O *topos* da corrupção asiática era anterior, mas conheceria uma vida prolongada em Portugal.

<sup>96</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 16.12.1607 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas de Nossa Senhora da Graça* (Lisboa), Tomo 2.º E, p. 382, o itálico é nosso. O Fabrício referido deve ser o cônsul Caio Fabrício Luscinio *Monocular*, mas a citação é antes atribuída a Públio Cornélio Cipião *o Africano* (236-183 a. C.) e a forma correcta é “Ingrata patria, ne ossa mea quidem mea habes”, cf. Samuel Arthur Bent, *Familiar Short Sayings of Great Men, with Historical and Explanatory Notes*, (6.ª edição revista e alargada), Boston: Ticknor and Company, 1882, p. 477. Trata-se de uma máxima recorrente em Couto, já empregue no primeiro “Soldado Prático” (cf. edição de António Coimbra Martins, p. 562, nota 107), e usada igualmente pelo seu amigo Luís de Camões.

<sup>97</sup> Conviria reunir e editar todos os escritos não-históricos ou narrativos de Diogo do Couto, como cartas, folhas de serviço, etc., de modo ao estudioso da personagem e do período poder comparar uns com os outros e ver como se influenciam mutuamente.

pelo [...] *que sofre aos soldados em guardar verdade e justiça e não [mu]dar o que não he seu.*"<sup>98</sup>

Assinale-se a insistência “em guardar verdade e justiça”, ou seja não adulterar a folha de serviço dos soldados a fim destes receberem a paga merecida, uma preocupação transversal aos dois diálogos, a par do consabido cuidado de Couto em olhar pelo “soldado pobre”, merecedor de todo o galardão por parte da Coroa.<sup>99</sup> De resto, a sua identificação com os veteranos endurecidos por uma vida de combate ao serviço do Rei plasma-se no título dos seus dois alvitres e corporiza-se no protagonista dos mesmos. Tal eleição e apropriação não é estranha. Por um lado estava ligado com um aspecto essencial da vida do Estado, como o próprio alvitrista reconhecia no seu segundo diálogo (1612) na fala do soldado: “Dizei-me senhores, há hoje no mundo terra mais fronteira, e em que sejam necessárias andarem as armas mais na mão que a Índia?”<sup>100</sup>

A pergunta era retórica, pois Couto sabia de antemão a resposta, tal como a sabiam os seus contemporâneos e quem os tinha precedido. A explicação devia-se à característica do Estado, um conjunto disperso de cidades, fortalezas e enclaves desde o cabo da Boa Esperança até ao Japão, com o domínio de alguns estreitos estratégicos (Ormuz e Malaca), de natureza comercial e que precisava de assegurar as comunicações navais entre as suas diversas partes e o Reino, a fim de poder garantir o fluxo comercial, a fonte das receitas que mantinha tudo a funcionar. A estranheza deste império moderno descontínuo, marítimo e mercantil face aos modelos prestigiosos do passado não passara despercebida aos coevos, nem a sua distância da sede do poder, como avisara o antigo capitão de Malaca Pedro de Faria a D. João III que “a Jmdia não esta amtre o Tejo e Odiana, esta cymquo mil leguoas do seus Reynos, e o Grão Turco tem Adem per sua e tem armada (...), E veyo hũa vez sobre Djo (...)”, pelo que era melhor prover uma armada capaz de o enfrentar.<sup>101</sup> O

<sup>98</sup> Petição de Diogo do Couto, s/l [Goa] s/d [ca. 1607] in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), tomo 2.º E, p. 649, o itálico é nosso. O documento está danificado na margem esquerda, o que nem sempre permite a reconstrução das palavras finais. Embora a petição seja endereçada a Filipe II, o pedido é feito por meio de D. Francisco da Gama.

<sup>99</sup> Daí insistir na nova mercê que Filipe II lhe fizesse os capitães pagassem um pardau (\$300 réis o de prata ou \$360 réis o de ouro) e os soldados apenas sessenta réis, o montante pago por todos sem diferenciação até então; cf. Petição de Diogo do Couto, s/l [Goa] s/d [ca. 1607] in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), tomo 2.º E, p. 649.

<sup>100</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pp. 132-133.

<sup>101</sup> Carta de Pedro de Faria para D. João III Goa 08.10.1545 in ANTT, *Corpo Cronológico*, I-76-102, fl. 1.

tema da armada bem provida não era um assunto exclusivo dos alvitres de Couto, era uma inquietação quase universal e permanente que vinha detrás e continuou depois do seu tempo.

Daí o Soldado ser talvez a figura mais representativa do Estado da Índia por estar ligada a sua defesa e manutenção, sendo utilizado frequentemente como recurso retórico para o personificar, pelo que Couto não foi caso único. Atente-se a uma obra contemporânea do primeiro “Soldado Prático”, o “Desengano de Perdidos” (1572) de D. Gaspar de Leão, na qual um veterano português estropeado terça armas espirituais contra um capitão otomano vencendo-o no combate pela sua alma e conversão à verdadeira fé.<sup>102</sup> Como o Soldado é ainda o assunto central tratado pelo anónimo autor do ‘Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia’,<sup>103</sup> Entrado o século XVII o soldado continuou a simbolizar o Estado, a exemplo do guarda do chafariz no Terreiro do Paço em “A Visita das Fontes” de D. Francisco Manuel de Melo, o qual passara dez anos na Índia.<sup>104</sup> E por fim a “Arte de Furtar”, cujo autor contou a história de um Soldado da Índia que foi a Madrid pedir paga pelos seu trabalhos, tal como Couto pôs os seus a requerer uma justa recompensa nos dois diálogos, mas como a vias ordinárias se revelaram infrutíferas gratificou um pintor para o mostrar com as supostas feridas recebidas em combate

---

<sup>102</sup> D. Gaspar de Leão, *Desengano de Perdidos. Reprodução do único exemplar conhecido*, introdução de Eugenio Asencio, Coimbra: Por ordem da Universidade, 1958. O diálogo entre os dois soldados corresponde à primeira parte da obra, constando de 46 capítulos. Ambos ostentam cicatrizes de batalhas que os deixou marcados e encontraram-se entre o Cairo e Suez, tendo em comum o ofício de armas. O pano de fundo do diálogo, na realidade mais um monólogo do cristão, foi o dos grandes cercos ocorridos no Estado da Índia em 1570, dos quais não há referência em Couto (surgindo apenas no segundo “Soldado Prático”), cuja vitória foi vista como um milagre das armas cristãs, ao que se juntou o triunfo de Lepanto no ano seguinte, em 1571, vendo D. Gaspar nos dois sucessos um sinal que o Islão iria ser derrotado e se anunciaria uma nova era (donde a conversão do turco no fim da conversa), a parusia, com a segunda vinda de Cristo e o fim da história. Infelizmente tal não se verificou e o livro entrou no primeiro índice de livros proibidos pela Inquisição, o que determinou o seu confisco e queima, tendo sobrevivido apenas um exemplar conhecido, o da Biblioteca Nacional de Espanha.

<sup>103</sup> Mais concretamente, como cada um é um soldado ao serviço da expansão da Fé católica, do Rei e do Bem Comum, do crédito de ser português e proteger o Estado da Índia e, por fim, o primor que cada um deve ter diariamente na sua vida privada; cf. *Primor e honra da vida soldadesca do Estado da Índia*, (edição 2003), p. 84. A obra deve ter sido composta durante a década de 1570, tendo sido terminada algures por volta de 1577-78, pois não há menção a Alcácer Quibir.

<sup>104</sup> D. Francisco Manuel de Melo, *A Visita das Fontes*, p. 283.

e foi com o quadro a uma audiência régia pública, na qual o Rei se apiedou e deu-lhe o despacho pretendido.<sup>105</sup>

O soldado era, desta maneira, sinónimo e símbolo de experiência acumulada no Estado, daí ser o interlocutor escolhido por Couto para entabular diálogo e expor aos demais interventores o que estava mal e como devia ser consertado. Mas nem todos os seus contemporâneos afinavam pelo mesmo diapasão, porque Francisco Rodrigues Lobo (ca. 1580-1622), na sua “Corte de Aldeia” (1619), colocou uma das personagens, Solino, a envilecer os soldados, possivelmente por desconhcerem as regras da civilidade cortesã.<sup>106</sup> A realidade seria mais prosaica, porque na realidade o alvitrista criara um arquétipo sem correspondência no mundo real, mau grado os candidatos que queiram colar ao seu Soldado. O seu cepticismo face à belicosidade dos seus contemporâneos a servir na Índia parece ter aumentado para o fim da vida, porque numa carta para o Conde da Vidigueira em 1608 pediu mercê de um alvará “para os soldados me poderem comprar os meus liuros em seu soldo e que me paguem n’alfandegua nas fazendas que eu apresentar. E porque asy andarão espalhados polas fustas das armadas, e mouerão aos homens a os imitar [os heróis que apareciam nas *Décadas*].”<sup>107</sup> O efeito prático para estimular ao combate e apurar as virtudes militares seria nulo, a julgar pela recepção de anteriores ofertas das “Décadas” ao vice-rei, arcebispo e capitães das fortalezas, pois Couto queixou-se na mesma carta que de volta não recebera nem “hũa caixa de mermalada”, pelo que o acolhimento dos seus alvitres correria igual sorte.

## II – Espelho de Príncipes e aviso de privados: O alvitre e o discurso reformista sobre o Estado da Índia

“**Soldado** – Na Índia dalguns tempos pera cá que se costumam quatro maneiras de alvitres: primeiro contra o Rei; segundo contra os homens; terceiro contra Deus; quarto, contra todos.”<sup>108</sup>

<sup>105</sup> Anónimo [Padre Manuel da Costa], *Arte de Furtar*, pp. 292-293. Mas como descobriram que o soldado não era Fidalgo deram-lhe menos.

<sup>106</sup> Francisco Rodrigues Lobo, *A Corte da aldeia e noites de Inverno*, prefácio e notas de Afonso Lopes Vieira, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1954, pp.

<sup>107</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa a derradeira oitava do Natal, 1608 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), tomo 2.º E, p. 654.

<sup>108</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, texto restituído, prefácio e notas de Manuel Rodrigues Lapa, (3.ª edição), Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980, p. 46.

Os alvitristas não são os tradicionais conselheiros do Príncipe, sobre os quais se discutiu muito no género literário dito “Espelho de Príncipes”, cuja raiz é bem anterior à Idade Moderna e extravasa as fronteiras da Europa, a exemplo do “Arthashastra” (composto e reformulado na Índia entre o século II a.C. e o século III da era cristã) cuja autoria foi atribuída a Kautilya,<sup>109</sup> e com paralelismos interessantes, para o Ocidente, entre os autores do mundo islâmico. Em Portugal o género também foi cultivado algo tardiamente, com destaque para a já mencionada obra de Álvaro Pais “Speculum Regum”,<sup>110</sup> presente na biblioteca de D. Duarte (r. 1433-1438), o qual compôs o “Leal Conselheiro”, que no seu capítulo 50 trata de “Em geral da prudência, justiça, temperança, fortaleza e as condições que pertencem ao bom conselheiro”.<sup>111</sup> Encontramos ainda o nome de Diogo Lopes Rebelo como o de outro cultor quatrocentista com o seu “De Republica gubernanda per regem”, livro latino impresso em Paris em 1496 e dedicado ao seu protector que entretanto subira ao trono português sob o nome de D. Manuel.<sup>112</sup> Não interessa discutir aqui a natureza deste género literário no Portugal Moderno, nem sequer seguir a evolução no campo das novas influências que chegavam com o Renascimento e o Humanismo (nomeadamente o “Príncipe” de Maquiavel, e de todo o anti-maquiavelismo que suscitou, e o “Livro do Cortesão” de Baldassare Castiglione, na sua versão ibérica na obra de Guevara), mas apenas assinalar a sua profusão face ao período anterior,<sup>113</sup> procurando antes ver como se enquadra o alvitrista no campo dos conselheiros do Príncipe e que tipo de conselhos lhe dá.

<sup>109</sup> Vishnagupta e Chanakya também aparecem como autores, sendo a sua autoria e o próprio texto de uma natureza complexa conforme se pode ver na recente tradução para inglês, *King, Governance and Law in Ancient India. Kautilya's Arthaśāstra*, traduzido, editado e anotado por Patrick Olivelle, Oxford: Oxford University Press, 2013.

<sup>110</sup> Veja-se nota 44.

<sup>111</sup> Onde refere “O mais proveitoso privado [*i.e.* conselheiro] é aquele que mais ama tua vida e que induze, a trás os súbditos à tua obediência, e amor, e te oferece todas suas cousas, e a sua própria pessoa dispõe a próprio teu arbítrio, a prazimento, e tem estas virtudes e costumes que te contarei”, seguindo-se a lista das quinze qualidades do bom conselheiro; cf. *Leal Conselheiro e Livro de Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela escrito pelo Senhor Dom Duarte, Rei de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta, fielmente copiado do Manuscrito da Biblioteca Real de Paris*, Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1843, 177-179.

<sup>112</sup> Diogo Lopes Rebelo, *Do Governo da República pelo Rei (De republica gubernanda per regem)*, reprodução fac-similada da edição de 1496, editada com uma introdução e notas por Artur Moreira de Sá, Lisboa: Instituto para a Alta Cultura/Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1951, pp. v-xi.

<sup>113</sup> Veja-se sobre este tema na primeira metade de Quinhentos, Ana Isabel Buescu, *Imagens do Príncipe. Discurso normativo e representação (1525-49)*, Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

Porque o alvitrista não é o conselheiro tradicional do Príncipe e dele não há traços nesta literatura política de *Specula Principis*, embora toda defenda e propugne o bom conselho e a boa escolha daquele, a começar pelo influenciador Antonio de Guevara, tanto no “Aviso de Privados, y Doctrina de Cortesanos”<sup>114</sup> como no “Menosprecio de Corte e Alabanza de Aldea”,<sup>115</sup> ambos impressos pela primeira vez em 1539, tendo o “Menosprecio” sido dedicado a D. João III. Em Guevara ainda estamos no campo do conselheiro convencional, imbuído de valores cristãos, e, sobretudo, aquele que existe no quadro do topo do aparelho de estado ou da Corte, isto é, aqueles que se encontram no círculo próximo do Príncipe. Ora o alvitrista extravasa este âmbito e inclui pessoas de todos os quadrantes que querem oferecer ao Príncipe o seu parecer com o intuito de serem reconhecidos e recompensados. Nem mesmo nos “Diálogos” (1589) de D. Fr. Amador Arrais aparece o alvitrista no quinto colóquio, que é um bom exemplo desta literatura “especular” por tratar “Das condições do Bom Príncipe”, num diálogo significativamente travado entre um enfermo (Antíoco) e o seu “curador”, Justiniano, um legislador.<sup>116</sup> Nele, Arrais destrinça a figura do ‘Conselheiro’, a do ‘consultado’ e a do ‘verdadeiro Sábio’, enumerando as respectivas qualidades, inclinando-se para o Príncipe escolher o aviso do sábio porque “grande infelicidade he a dos reys que não se seruem de ministros e officiaes virtuosos, mas de homens astutos que com suas sagacidades & ardilezas tomão a porta aos que hão de tratar mais verdade, (...). Por onde parece que se he temeridade medir o Rey por um juízo e que he justo ou injusto,

<sup>114</sup> O “Aviso de Privados”, dedicado a Francisco de los Cobos, que ocupava o lugar desejado por Guevara, donde influenciar este equivaleria a influir em Carlos V, assinala nos argumentos iniciais que o Valido deve ter sempre em conta dois pontos ligados com o conselho: “En lo que aconsejaredes no seays aficionado, en lo que desaconjerades no seays absoluto, ni en lo que hizierades seays desauisado (...) [a fim de dar o “bom” exemplo aos demais];”; “Si no quereys señor errar en lo que aconsejays, ni tropeçar en lo que hazey, ni caer de lo que teneys holgad com quien os dixere las verdades, y aborreced al que os traxere lisonjas: porque mas aueys de querer que os *auisem* agora, que no que os consuelen despues.” in Antonio de Guevara, *Aviso de Privados y Doctrina de Cortesanos*, Barcelona: Hieronymo Margrit, 1612, p. 90 (o itálico é nosso). Note-se a menção aos que “avisam”, podendo assim incluir alguém fora do mundo cortesão e do topo do aparelho de Estado.

<sup>115</sup> (“...), porque si ay mil que aciertan en cosas ajenas, ay diez mil que yerran en sus cosas próprias. Ay hombres en este mundo que para dar vn sano consejo, y para ordenar vn remedio de presto, tienen pareceres heroycos, & ingenios muy delicados, los quales sacados de negócios ajenos, y traydos a negócios suyos, es lastima ver lo que dicen, y es verguença lo que hazen, porque ni tienen cordura para gobernar sus casas, ni avn prudencia para encobrir sus misérias” in António de Guevara, *Libro llamado Menosprecio de Corte, y Alabanza de Aldea*, Coimbra: Oficina de Manuel Dias, 1657, p. 95. Esta edição atesta a longa e larga influência de Guevara, pois foi impresso em Portugal e em castelhano após 1640.

<sup>116</sup> De assinalar o nome da personagem, alguém que é justo, como ainda o do compilador do grande código legal *Corpus iuris civilis*, o imperador bizantino Justiniano.

deuido ou indeuido, licito ou illicito, sem conselho dos doutos”<sup>117</sup>. Não parece, contudo, que o alvitrista seja o “sábio” mencionado por Arrais, embora este insista que “o que ha de dar conselho, conuem que seja sesudo, considerado, de bom entendimento, sabio, muito visto, & tão senhor de suas paixões que nenhuma dellas possa emnouoar o juízo.”<sup>118</sup>

Esta excursão permitiu inferir que a literatura “especular” quinhentista considera a possibilidade de existirem vários tipos de conselheiros do Príncipe, embora o alvitrista não figure especificamente entre eles nestes textos, e cada qual goza de uma determinada reputação. Veja-se, ainda que brevemente o caso do Valido, o conselheiro que goza da confiança do Príncipe e que, no caso espanhol, vai a caminho de uma institucionalização devido à crescente complexidade do aparelho de estado que obriga a uma delegação de poderes e de competências régias na pessoa de um ministro ou de ministros reunidos em conselhos. Aliás, a “Arte de Furtar” ironiza com as exigências feitas pelos requerentes que exigiam um soberano omnipresente “como se os Reys tiverão corpo reproduzido, e de bronze, que pudesse assistir a todos os negócios, em todas as partes, e a todas as horas”.<sup>119</sup> Tal evolução deu origem a uma espécie de primeiro-ministro a partir do Duque de Lerma em 1598.<sup>120</sup>

Mas enquanto Guevara não viu mal no Valido, procurando antes influenciá-lo pelos seus escritos, já Arrais invectivou contra eles,<sup>121</sup> talvez porque em Portugal nunca ocorreu uma institucionalização do figurino como em Espanha, donde ser malvisto e malquisto pelos desmandos verificados no país vizinho. O Privado, sendo uma realidade bem presente na Europa Moderna,<sup>122</sup> nomeadamente na Península Ibérica como já se viu, e talvez houvesse um exemplo no Portugal quinhentista na pessoa de D. António de Ataíde, 1.º conde da Castanheira, veio a ter uma reputação sulfurosa no século XVII. O comportamento dos grandes validos, como o Duque de Lerma, Francisco de Sandoval y Rojas, cuja reputação ainda estava tingida das piores cores na “Arte de Furtar” redigida

<sup>117</sup> Fr. Amador Arrais, *Dialogos de [...], Bispo de Portalegre: revistos e acrescentados pelo autor nesta segunda impressão*, Coimbra: Oficina de Diogo Gomes Loureiro, 1604, fl. 163. A parte que trata dos conselheiros e do conselho vai dos fls. 162 ao 169.

<sup>118</sup> Fr. Amador Arrais, *Dialogos*, fl. 164.

<sup>119</sup> Anónimo [Padre Manuel da Costa], *A Arte de Furtar*, p. 290

<sup>120</sup> Veja-se o estudo clássico de Francisco Tomás y Valiente, *Los validos en la monarquía española del siglo XVII. Estudio institucional*, (2.ª edição), Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1990.

<sup>121</sup> Fr. Amador Arrais, *Dialogos*, fls. 165v-166.

<sup>122</sup> Sobre o fenómeno numa perspectiva comparada veja-se John H. Elliot e L. W. B. Brockliss, *The World of the Favourite*, New Haven/Londres: Yale University Press, 1999.

por volta de 1652,<sup>123</sup> e a do Conde-Duque de Olivares e do seu hagiógrafo Virgílio Malvezzi, ambos objecto de remosques chistosos na obra “Hospital de Letras” de D. Francisco Manuel de Melo,<sup>124</sup> contribuíram em muito para o desprestígio e descrédito da figura. O próprio Diogo do Couto também atacou o “privado” do vice-rei, ou seja o seu secretário, logo no primeiro “Soldado Prático” escrito no terceiro quartel de quinhentos, por o isolar e ser susceptível de o manipular à custa da Fazenda e dos interesses da Coroa na Índia, embora não tenha convencido totalmente o recém-provido governante quanto à benignidade da sua ideia.<sup>125</sup> As invectivas de Couto persistiram no segundo “Soldado” (1612), onde o veterano acusou o vice-rei de nomear pessoas de confiança para postos-chave como secretário, ouvidor-geral, juiz dos feitos, procurador del-rei em vez de dar os cargos aos providos pelo monarca “porque infinito é o poder que os visos-reis têm tomado”.<sup>126</sup> Na prática, o cronista reconhecia involuntariamente, como algo que não gostava, a evolução do aparelho burocrático no Estado da Índia ao longo do meio século anterior, com o aumento do número de burocratas, a criação de jurisdições fiscais e judiciais, bem como a eventual constituição de corpos consultivos especializados (os Conselhos do Estado e o da Fazenda) para auxiliar o vice-rei, transformado desta maneira na peça central de uma “papelocracia” e que tinha deixado de ser o comandante militar e naval à cabeça dos soldados no convés de uma nau, uma visão pertencente a um passado que tanto tinha de heroico como de mítico.

Aconselhar o Príncipe, ou o seu representante, tornou-se, assim, num tema candente da literatura política, logo também dos alvitres, tendo Diogo do Couto dedicado páginas dos seus dois “Soldados Práticos” à escolha dos bons conselheiros e de ministros para ajudar o vice-rei a ser um bom governante. A selecção, como era óbvio, teria que recair sobre homens probos e vividos nas coisas da Índia, “porque quoadi todos os que governarão este Estado se queixarão, que quando o comessauão a entender os mandauão jr”,<sup>127</sup> conforme escrevia Couto a alguém com experiência na matéria, o Conde da Vidigueira vice-rei de 1597 a 1600. Cerca de meio século antes, quando redigiu o primeiro “Soldado Prático”, o alvitrista Couto pela boca do seu veterano desenganou o recém-nomeado vice-rei, que dissera ganhar experiência em despachar assun-

<sup>123</sup> Anónimo [Padre Manuel da Costa], *A Arte de Furtar*, edição crítica com introdução e notas de Roger Bismut, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p. 163.

<sup>124</sup> Jean Colomès, *Le dialogue “Hospital das Letras”*, pp. 145-147.

<sup>125</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 378-383.

<sup>126</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, p. 194.

<sup>127</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 1606 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), Caixa 2, 3<sup>o</sup> E, p. 371.

tos do Estado, afirmando “porque o vice-rei D. Afonso [de Noronha, 1550-1554], criado foi na corte dos reis, e capitão nas guerras, e que sempre mandou. E disse, estando por vice-rei na Índia, quando chegou sucessor: «Agora posso dizer que me tira o Vice-Rei o governo da Índia, porque, se mais cedo viera, tirara-o a Simão Ferreira e a Vasco da Cunha e a outros que me aconselharam!»<sup>128</sup> O problema radicava, segundo Couto o epistológrafo, no facto de haver sempre quem dava maus conselhos com resultados funestos como no caso de um vice-rei recente, “lá vai o velho Aires de Saldanha (1600-1605), que nunca entendeu senão o que lhe no leuou, nem se quis crer senão de quem no danou, elle deixa isto em estado que se encapellarem mais dous mares a nao [entenda-se o Estado da Índia] se mergulhara.”<sup>129</sup>

O mau conselho/conselheiro e a incompetência do governante, que arrastavam o Estado da Índia para a perdição sem punição, tornar-se-ia, aliás, num tema recorrente e repetido nos alvitres e escritos afins, sobretudo a partir de Seiscentos. De tal maneira, que em 1657 D. Francisco Manuel de Melo pôs o Soldado, como não podia deixar de ser em assuntos relacionados com a Índia, a dizer em “A Visita das Fontes”:

Achando-me eu na Índia por meus pecados, ouvi dizer que perguntara lá certo Rei vizinho a um Embaixador nosso quantos Vizo-reis tinha degolado el-Rei de Portugal, seu irmão; e como lhe dissesse nenhum, diz que lhe respondeu o Mafoma: «Pois por isso ele tem a Índia tão bem-governada!»<sup>130</sup>

A decapitação era uma opção radical, mas conviria lembrar que houve diversos ocupantes do cargo que seguiram presos para o Reino por inépcia política e militar, nomeadamente D. Francisco da Gama em 1628, e que desde o reinado de D. Sebastião (r. 1557-1578), reforçado com nova legislação a partir do governo de Filipe I, os vice-reis e governadores, bem como os capitães das fortalezas do Estado e demais ministros, tinham de prestar contas da sua actuação. A ineficiência e inaptidão não eram sinónimo de recém-chegados sem conhecimento da Índia, bastando pensar no exemplo do vice-rei D. Jerónimo de Azevedo (1612-1617),

<sup>128</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 382-383

<sup>129</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 1606 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), Caixa 2, 3º E, p. 371.

<sup>130</sup> D. Francisco Manuel de Melo, *A Visita das Fontes. Apólogo dialogal terceiro*, edição facsimilada e leitura do autógrafa (1657), introdução e comentário de Giacinto Manuppella, Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1962, p. 283.

curtido na Conquista de Ceilão, que também regressou detido ao Reino, tendo sido encarcerado no castelo de São Jorge em Lisboa para responder pelos actos do seu governo. Mas será que um político sazonado em matérias indianas daria melhor aviso e escolheria ministros mais acertados?

Sigam-se alguns dos interlocutores mencionados atrás para ver se o argumento colhe. O conde da Vidigueira, antigo vice-rei e presidente do Conselho da Índia, nomeou o seu inexperiente sogro, Rui Lourenço de Távora (1609-1612), para o cargo que ocupara um decénio antes e deu-lhe uma lista de criados seus para ocupar officios, como Álvaro de Sequeira para os Contos e Pêro Moniz para escrivão da Fazenda em Cochim.<sup>131</sup> Mais, D. Francisco também deve ter fornecido uma apreciação dos principais ministros e deu instruções concretas a Rui Lourenço de Távora a seu respeito, pois na correspondência privada trocada entre ambos o novo vice-rei revelava, candidamente, que tinha tirado Jerónimo de Brito dos Contos, por estar cego, substituíra João de Frias Salazar por Julião Campos na Relação, e apertara com o Vedor Geral da Fazenda e o Tesoureiro por não quererem mostrar as contas. O ponto deveras interessante e importante residia no facto do vice-rei ter transformado um mercador privado, o alemão Fernando Cron (Ferdinand Kron), no seu conselheiro informal,<sup>132</sup> segundo toda a probabilidade por indicação do genro com quem Cron mantinha largo trato. Este era o pecado original de Cron, o qual após o seu regresso forçado à Europa também se daria ao alvitre em Madrid na década de 1620,<sup>133</sup> o de estar envolvido em negócios de diamantes com os dois. Em 1609, por exemplo, Rui Lourenço de Távora e D. Francisco investiram 18.000 xerafins em diamantes “roca velha”, o que de melhor seguia para o Reino nesse ano, mediante a corretagem de Cron e o vice-rei dispunha-se a repetir o investimento em 1610.<sup>134</sup> Não admirava, por isso, que no *post-scriptum* de outra carta, Rui Lourenço tenha recomendado Cron para receber alguma mercê régia

<sup>131</sup> Carta de Rui Lourenço de Távora para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa s/d [1610] in BNP, *Fundo Geral*, códice 1975, fls. 348-349v.

<sup>132</sup> Carta de Rui Lourenço de Távora para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 29.12.1610 in BNP, *Fundo Geral*, códice 1975, fls. 217-220.

<sup>133</sup> Nomeadamente a respeito da Companhia de Comércio da Índia Oriental instituída por Olivares, veja-se James C. Boyajian, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore/Londres: The Johns Hopkins University Press, 1993, p. 192.

<sup>134</sup> Carta de Rui Lourenço de Távora para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 10.01.1609 in BNP, *Fundo Geral*, códice 1975, fls. 305-305v.

pelos bons conselhos dispensados, sobretudo no tocante à Conquista das Minas do Monomotapa.<sup>135</sup>

A rede clientelar e o interesse misturavam-se com o “bom aviso”, mas não se podia dizer que o parecer de Cron fosse pior que o de outros, a sua experiência irrelevante, os seus conhecimentos deficientes e os seus alvitres irrealis e impraticáveis. A bagagem de uma vida passada na Ásia não significava necessariamente perícia, reflectindo o alvitre dado algumas falhas de julgamento por opções e visões políticas a respeito do Estado da Índia; senão atente-se no plano apresentado por Diogo do Couto ao governador D. Fr. Aleixo de Meneses (1607-1609) em 1608, aquando da invasão do Decão pelo Grão-Mogol Jahangir (r. 1605-1627):

“(…), por o rej de Madaneger [o Nizām Shāh de Ahmednagar] estar fraquo, o Rejno de Verara [o sultanado de Berar] já [está] em poder dos mogores como vossa senhoria sabe, e o Jdalchan [Ibrāhīm ‘Ādil Shāh II, r. 1580-1627], he hum soni balhador, tangedor, e tão afiminado como hũa molher, por onde não ha que fazer com elle, mandejme oferecer ao Arcebispo Governador para hir la desfarsado em trajeo do mercador com quatro cauallos a vender para mor desimulação, para o persuadir, quando o visse desesperado, a dar a cidade e fortaleza de Dabul a el-rey para o recolherem nelle com sua molher e tizouro sendo necessário, (...), com o que Sua Magestade ficaua metendo pee para vir a ser senhor de todo o Quomquão [Concão]. Não sei se fizeram este oferecimento de minha parte ao Arcebispo, nem eu perguntej por jssso, *porque não querem buscar quem he para as cousas*. E eu não me ejde deuassar tanto quando cudo que me podem rogar. E estas rezõis pode vossa senhoria dizer a esses senhores do Conçelho [da Índia] para significarem a Sua Magestade quão importante era jsto para que me oferecia por seu serviço.”<sup>136</sup>

Não só o plano era demasiado rebuscado, como o putativo espião tinha a propecta idade de sessenta e seis anos para ir até Bijapur disfarçado de mercador de cavalos, conforme deve ter pensado D. Fr. Aleixo de Mene-

<sup>135</sup> Carta de Rui Lourenço de Távora para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 08.12.1609 in BNP, *Fundo Geral*, códice 1975, fl. 318.

<sup>136</sup> Carta de Diogo de Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa “a derradeira oitava do Natal, 1608 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), Tomo 2<sup>o</sup> E, p. 652. O itálico é nosso.

ses da oferta de tal almocreve. Daí ser pouco crível a afirmação do seu primeiro biógrafo Manuel Severim de Faria quando escrevia que “(...), teue grande conselho, e por essa causa era chamado muitas vezes dos viso roys [sic] a elle, nos negócios de mor importancia.”<sup>137</sup> Embora Couto achasse que devia ser consultado dada a sua experiência e oferecesse alvitres sem lhos pedirem, conforme se queixava do envido ao vice-rei D. Martim Afonso de Castro (1605-1607) aquando da preparação para a expedição às Partes do Sul, acrescentado que ‘todavia pelas obrigações que tenho ao serviço de Sua Magestade lhe mandei o meu por escrito (...)’.

Mas veja-se para lá dos detalhes rocambolescos do alvitre de 1608 a fim de se perceber uma opção geoestratégica coerente com o que Couto tinha exprimido no passado e um antecedente histórico que, enquanto cronista, ele conhecia por ter redigido as “Décadas da Ásia”. O antecedente ocorrera em 1534-35, quando o avô de Jahangir, Humayun (r. 1530-1540, 1555-1556), o Hamau Paxá da sua crónica, invadira o sultanado do Guzerate obrigando o sultão Bahadur Shah (r. 1526-1537) a neutralizar a ameaça portuguesa e a obter eventualmente a assistência do Estado para lutar contra os mogóis sem ter problemas na sua retaguarda marítima,<sup>138</sup> mediante a assinatura de dois acordos pelos quais cedera à Coroa portuguesa Baçaim e terras anexas (1534)<sup>139</sup> e posteriormente Diu (1535),<sup>140</sup> tendo o segundo tratado permitido a construção de uma fortaleza naquela ilha, almejada desde o governo de Afonso de Albuquerque (1509-1515).<sup>141</sup> Tais concertos de pazes permitiram ao governador Nuno da Cunha (1529-1538) lançar as bases da futura província do Norte, à qual se incorporaria Damão e terras anexas na década

<sup>137</sup> Manuel Severim de Faria, *Discursos varios politicos*, fl. 156v.

<sup>138</sup> Aliás a carta faz-lhe referência, “(...) e trazerlhe exemplo [a Ibrâhîm ‘Âdil Shâh II] do Soltão Badur de como nos deu a jlha e a fortaleza de Dio quando o avô deste Mogor foi sobre elle e lhe tomou o Rejno e dallj com o fauor dos portugueses o tornou a ganhar como poderá fazer este rej de Visapur [Bijapur] se nos desse Dabul pella comodidade daquele porto, (...)”, Carta de Diogo de Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa “a derradeira oitava do Natal, 1608 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), Tomo 2º E, p. 652.

<sup>139</sup> “Contrato de pazes entre o sultão Bahadur Shah do Guzerate e o governador Nuno da Cunha, s/l Dezembro de 1534 in Júlio Firmino Júdice Biker, *Collecção de tratados e concertos de pazes que o Estado da India Portuguesa fez os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Azia e Africa Oriental desde o princípio da conquista até ao fim do século XVIII*, tomo I, Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, pp. 63-65.

<sup>140</sup> “Contrato de pazes entre o sultão Bahadur Shah do Guzerate e o governador Nuno da Cunha, Diu 25.10.1535 in Júlio Firmino Júdice Biker, *Collecção de tratados*, tomo I, pp. 66-71.

<sup>141</sup> O episódio está contado na *Década IV*, ix-7 e ix-9.

de 1540, reforçando a viragem para a terra que conhecia outros desenvolvimentos mais a sul na ilha de Ceilão por volta destes mesmos anos.<sup>142</sup>

Couto, para além de ter escrito o episódio na “Década Quarta”, também tinha manifestado no seu primeiro “Soldado Prático” uma opção programática centrada em Baçaim e que se estendia por todo o Concão desde Goa até Damão, donde a aquisição de Dabul, aliás um porto crucial no tráfico pimenteiro para o Golfo Pérsico que o Estado procurava em vão debelar há muitos anos,<sup>143</sup> era mais um elo a juntar aos outros já existentes de modo a reforçar a posição portuguesa na região.<sup>144</sup> Esta seria, na perspectiva de Couto, uma oportunidade para consolidar uma testa de ponte portuguesa na planície costeira situada entre o Mar Árabe e os Gates Ocidentais, que resultava de uma orientação política oficial que vinha desde meados da década de 1530. Não era um caso isolado entre os alvitristas, porque mesmo o flamengo Jacques de Coutre, cujo horizonte estratégico estava mais virado para o sueste asiático e regiões conexas (Golfo de Bengala e Mar do Sul da China), agrupava este conjunto de fortalezas e dependências espalhadas pelo Concão centrando-as no mundo económico e comercial de Goa.<sup>145</sup>

Na realidade, como já se viu, os alvitristas mais ou menos experimentados decantavam-se, nos seus pareceres e opiniões, por uma opção entre as correntes políticas existentes, procurando aduzir argumentos para sustentar a sua escolha e inovando num ou noutro ponto. E, como sempre, todos ou quase todos achavam que o seu alvitre era melhor por uma razão ou outra, devido ao traquejo de vida, ao conhecimento acumulado e às provas dadas no serviço régio, devendo por isso ser escutado e seguido. Couto, neste particular não era diferente de Duarte Gomes Solis

---

<sup>142</sup> Veja-se a respeito de uma maior peso da terra no Estado da Índia o estudo fecundo de Anthony Disney “The Portuguese Empire in India, 1550-1650, Some Suggestions for a Less Seaborne, More Landbound Approach to its Socio-Economic History” in John Correa Afonso (Ed.), *Indo-Portuguese History, Sources and Problems*, Delhi: Oxford University Press, 1991, pp. 148-173.

<sup>143</sup> Veja-se Anthony Disney, “Smugglers and Smuggling in the Western Half of the Estado da Índia in the Late Sixteenth and Early Seventeenth Century” in *Indica*, vol. 26, nº 1-2 (March-September), 1989, pp. 57-75.

<sup>144</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 521-532.

<sup>145</sup> “Como se poderá fazer grande dano aos Olandezes dando Sua Magestade licença a seus vaçalos mercadores para armar naos para a India Oriental, a donde poderão achar prezas e fazer suas mercancyas”; “Informação que dá a Sua Magestade Josephe e Jaques de Coutre, naturais da cidade de Bruges, vassallos de Sua Magestade, que eles hão estado na India de Portugal trinta e hum anno, cazados com molheres e filhas” in Jacques de Coutre, *Como Remediar o Estado da Índia?*, pp. 2, 9, (respectivamente).

e dos demais, queria que seguissem o seu aviso para proveito e glória pessoal; e por muito que se recusasse em oferecer o seu conselho “nas matérias do Estado deeme vossa senhoria licença para não tratar porque me canssão e me matão, (...)”, mais à frente não se coibia de o dar, nem de moralizar sobre a injustiça de não o escutarem e o descalabro que se abatia sobre a Índia “emfim, resumindome, nessa materia, digo que he necessario fundir de nouo todo este Estado e os homens delles, porque emquanto não ouuer muita forssa de fogo não avera emenda.”<sup>146</sup> Cerca de meio século mais tarde, o autor de “A Arte de Furtar” também oferecia o seu alvitre, com a falsa relutância própria do alvitrista que não queria ofertar o seu plano sem colher recompensa: “este lustre dos olhos, e olheiros de Vossa Magestade, *naõ sey se o diga, porque temo dizello sem fruto, mas em fim direy*, porque me assegura, que naõ será de balde, por ser muito facil, e de muito proveito, e nenhum custo.”<sup>147</sup>

Mas de onde veio este tipo de discurso?

A origem há que buscá-la no já mencionado aparecimento do Estado Moderno e no facto de todos se poderem dirigir ao Príncipe para reparar um mal pessoal ou colectivo. Mas o alvitre não é uma jeremiada pessoal, nem uma petição a pedir mercês por serviços prestados nem, conforme diferenciava “A Arte de Furtar”, o conselho no sentido material (o conjunto dos conselheiros e o Tribunal a que pertenciam) ou no formal (o voto pessoal e a resolução colectiva nas suas quatro partes distintas).<sup>148</sup> O alvitre apareceu, assim, informalmente nas cartas dos burocratas, dos capitães de fortalezas e mesmo dos governadores e vice-reis da Índia para o Príncipe. Nelas, o vedor, o capitão ou o governador dava conta da sua actuação e sugeria alguma política não contemplada no seu regimento, ou avançava mesmo com propostas de alterações, porque a situação mudara devido ao tempo transcorrido entre a redação das instruções no Reino e a sua chegada à Índia. Estas sugestões, regra geral, eram dadas no quadro da sua competência e jurisdição, exemplificada na correspondência trocada entre o Vedor da Fazenda Simão Botelho e D. João III.<sup>149</sup> Repare-se, contudo, que o cargo ocupado por Simão Botelho lhe dava uma visão global do funcionamento do Estado da Índia, das suas fraque-

<sup>146</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa, a derradeira oitava do Natal, 1608 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), tomo 2.º E, pp. 651, 653.

<sup>147</sup> Anónimo [Pe. Manuel da Costa], *A Arte de Furtar*, p. 362. O itálico é nosso.

<sup>148</sup> Anónimo [Pe. Manuel da Costa], *A Arte de Furtar*, pp. 211-212.

<sup>149</sup> A exemplo das publicadas por Rodrigo José da Lima Felner, *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, Lisboa: Academia Real das Ciências, 1868, [II] pp. 1-42, que se estendem cronologicamente de 1547 a 1552.

zas e vulnerabilidades, bem como dos seus recursos e possibilidades, donde poder aventar uma ou outra medida ao rei.<sup>150</sup> A melhor prova desse conhecimento e experiência resultou na feitura do primeiro orçamento completo do Estado da Índia em 1554, significativamente intitulado “Tombo Geral”, cujo texto é muito mais do que uma mera compilação de receitas financeiras ao inventariar e arrolar tudo o existente em cada cidade e fortaleza (número de oficiais, respectivo ordenado, direitos e rendas régias, como foram adquiridas, etc.).<sup>151</sup>

O alvitre nasceu neste canal privilegiado estabelecido entre os oficiais da Coroa na Ásia e o Príncipe na Europa,<sup>152</sup> num registo discursivo onde, simultaneamente, se relatavam os males e contrapunham os remédios. Pedro de Faria, que foi capitão de Malaca, representa um dos mais lídicos exemplos desta linha de aviso nas suas cartas escritas a D. João III, onde teceu toda uma série de considerações sobre diversos assuntos, nomeadamente opções estratégicas e a situação política do momento com uma perspectiva global para o Índico, redigindo tudo numa linguagem colorida, que Diogo do Couto não enjeitaria. Como, a título de exemplo, quando escreveu a D. João III em 1532 afirmando que “(...) a Índia que he comparada a molher muyto ffermossa guaryda e estremo com que os homens per ella se perdião e Sua Alteza era marido velho que ellas pouco querem, (...)”, havendo outros homens que a cobijavam como o Grão Turco (Solimão *o Magnífico*) e outros reis cristãos, pelo que o monarca português a devia proteger com homens, navios e armas.<sup>153</sup> Havia, obviamente, outro tipo de alvitres, como os pedidos expressamente, a exemplo da consulta efectuada por D. João de Castro (1545-

<sup>150</sup> “Pelo que me foy forçado, pois ficaua [na Índia, Simão Botelho pedira para regressar ao Reino e o Vice-rei impediu-o porque não chegou ninguém para o substituir], dar conta a Vosa Alteza d’algũas cousas desta terra, pela obrigação que careguo; posto que d’outro me parecia escusado, asy porque o viso rey o faz meudamente, como pelo pouço remedeo que lhe vejo, per onde vay cada vez pera pyor por nossos pecados; e não sey se he ysto por Vosa Alteza esquecer dela, por estar tão longe que nom pode prover com tempo; (...); e a muitos ouvy eu já qua dizer, que se Vosa Alteza nom castigaua nenhum dos culpados dos que qua hyão, que como farião eles”; Carta de Simão Botelho para D. João III, Cochim 30.01.1552 in Rodrigo José da Lima Felner, *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, [II] p. 26

<sup>151</sup> Tombo do Estado da Índia, Goa 21.10.1554 in Rodrigo José da Lima Felner, *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, [II] pp. 43-259.

<sup>152</sup> A exemplo do rol de cartas enviadas para D. João III da Índia em 1536, por uma série de pessoas, desde capitães de fortalezas a reis vizinhos, mas também dois muçulmanos de Malaca e os gancares-mores de Goa (cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, II-205-93), provando o que fica dito atrás, que o Rei é o árbitro para o qual todos apelam, servindo de elemento de coesão política e social, sobretudo para os seus súbditos não-europeus.

<sup>153</sup> Carta de Pedro de Faria para D. João III, s/l 23.11.1532 in ANTT, *Corpo Cronológico* I-50-40, fl. 4 [foliação nossa].

1548) a respeito do contrato da pimenta em 1545, na qual Pedro de Faria também participou.<sup>154</sup> As cartas conhecidas de Couto, na sua maioria dirigidas a D. Francisco da Gama, filiam-se, assim, nesta tradição, pelo que nem o seu teor nem o seu estilo eram inovadores.

O alvitre, todavia, transformar-se-ia em algo mais que a simples carta ou parecer, pois deu origem a uma narrativa organizada com o propósito pedagógico de influenciar o Príncipe e os seus ministros, e se possível ser impressa para correr entre a opinião que contava, onde o autor discorria sobre os problemas do momento e defendia reformas.<sup>155</sup> A honra de inaugurar o género coube, provavelmente, a Diogo do Couto com o seu primeiro “Soldado Prático” redigido no terceiro quartel de Quinhentos. O escrito era fruto do tempo, pois apareceu no contexto da crise total (política, económica, militar) que assolava o Estado da Índia e das opções políticas possíveis naquele momento dentro da conjuntura e do lastro do passado. Para tal basta seguir o ritmo da narrativa para ver que o texto está organizado de modo a Couto reformar progressivamente tudo, ou quase, partindo do Reino para a Ásia, começando com a escolha crucial da pessoa para levar a bom cabo a missão, o vice-rei; passando de seguida pela viagem, para se emendar o apuramento e a formação de pilotos bem como a construção naval e o tipo de embarcações usadas (pois a Carreira da Índia estava a perder navios, tema a que voltará no fim, quando tratar do regresso a Portugal); chegado ao Estado tratar-se-ia da selecção e qualidade dos ministros (para se combater os desmandos existentes); reformular-se-ia a organização social, política e militar a fim de enquadrar eficazmente fidalgos, capitães e soldados; controlar-se-iam as despesas para haver dinheiro para o que fazia falta; reorganizar-se-iam as prioridades estratégicas do império asiático, a favor de uma escolha musculada oficial no Índico ocidental (para fazer frente ao perigo otomano) em detrimento da presença informal e mercantil para lá do Estreito de Malaca; reequipar-se-iam as armadas, tratar-se-ia da construção naval na Índia e do avitualhamento, donde a preferência por

<sup>154</sup> Parecer de Pedro de Faria sobre o contrato da pimenta, s/l 19.11.1545 in ANTT, *Corpo Cronológico*, I-77-18. Sobre este tema veja-se Luís Filipe F. R. Thomaz, *A questão da pimenta em meados do século XVI: Um debate político do governo de D. João de Castro*, Lisboa: CEPCEP/UCP, 1998. O governo de D. João de Castro foi fecundo neste tipo de consultas, existindo outra série de pareceres relacionados com a questão de Baçorá, que têm sido explorados por Dejanirah Couto, mas que nunca foram objecto de uma edição na sua totalidade.

<sup>155</sup> Portugal, infelizmente, carece de um registo de arbitristas, título dos alvitres e sua localização, conforme a Espanha possui um guia para esse fim que é um precioso instrumento de pesquisa da autoria de Evaristo Correa Calderón, *Registro de arbitristas, economistas y reformadores*, Madrid, Fundación Universitaria Española, 1981.

Baçaim e pelo Concão (incluindo Damão); e encerrou o discurso regressando à chave da abóbada, o vice-rei, essencial para levar a bom porto a tarefa. Tudo entremeado de exemplos onde o passado heroico e os seus protagonistas se confrontavam com o desregramento do presente.<sup>156</sup> Face ao primeiro “Soldado Prático”, o segundo texto terminado em 1612<sup>157</sup> carecia da mesma estrutura ordenada e dava uma série de receitas cristalizadas no tempo, logo desadequadas para a conjuntura que o Estado da Índia tinha pela frente desde o princípio do século XVII.<sup>158</sup> Os resquícios anti-otomanos do segundo “Soldado Prático”, por exemplo, não tinham razão de ser, pois o Turco deixara de ser uma ameaça no Índico desde 1590,<sup>159</sup> mas a maior parte das opções anteriores mantiveram-se e algumas obsessões acentuaram-se, nomeadamente a mineira (as minas de prata de Chicova eram o objectivo de conquista, para além de tentar obter a produção aurífera do Monomotapa, bem como as minas de ouro de Menancabo, na ilha de Samatra).<sup>160</sup>

Assinale-se, novamente, que no fundo nada disto era inovador e apenas replicava correntes políticas e de opinião existentes no Estado da Índia. A celebrada conquista das Minas do Monomotapa vinha já do século XVI, com a fracassada expedição de Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem (1569-1577), seguida da tentativa do vice-rei Matias de Albuquerque (1591-1597) franquear a sua descoberta e exploração em troca do pagamento do quinto da produção à Coroa,<sup>161</sup> tendo o regime de conquista acabado por ser renovado em 1609 com a nomeação de D. Nuno Álvares Pereira como seu capitão-geral.<sup>162</sup> Álvares Pereira, perdida a

<sup>156</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 361-565.

<sup>157</sup> Escolheu-se a data da carta dedicatória ao Conde de Salinas e Ribadeo, por facilidade, sabendo-se que a gestação e escritura do segundo “Soldado Prático” é mais complexa e arrastado no tempo, devendo ter começado no último quartel de Quinhentos e prolongou-se até à primeira década do século XVII, caso do enxerto da segunda e terceira parte, embora Couto tenha mantido alguns aspectos arcaizante que não faziam sentido após 1580, sem dúvida porque não teve tempo ou paciência para o fazer e quis enviar o alvitre para o Reino a fim de ser publicado. Veja-se a erudita análise de António Coimbra Martins, *O Primeiro Soldado Prático*, pp.243-249, com a qual não concordamos inteiramente, em particular na ideia de uma redação do conjunto mais recuada.

<sup>158</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pp. 17-216.

<sup>159</sup> Giancarlo Casale, *The Ottoman Age of Exploration*, Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 182-185

<sup>160</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pp. 197-210.

<sup>161</sup> Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fls. 128-129. Este orçamento foi publicado por Artur Teodoro de Matos.

<sup>162</sup> Carta de Filipe II para o vice-rei D. Jerónimo de Azevedo, Lisboa 07.11.1612 in Raimundo António de Bulhão Pato, *Documentos Remettidos da India ou Livros das Monções*, Lisboa: Academia Real das Ciências, 1884, p. 269. Rui Lourenço de Távora queixar-se-ia que a nova empresa fora lançada em 1609 com poucos soldados (30 a 50) e sem provimento,

protecção familiar,<sup>163</sup> foi substituído no cargo por D. Estevão de Ataíde, mas conseguiu amealhar um pecúlio de 30.000 pardaus nos pouco meses que esteve em Moçambique.<sup>164</sup> A reactivação da Conquista foi seguida de um período febril de consultas em Goa com a chegada do novo vice-rei Rui Lourenço de Távora em 1610-1611,<sup>165</sup> as quais podem ter contribuído para Couto afinar o seu alvitre com novos dados, tendo o próprio cronista recebido em data incerta uma pepita de prata das mãos de um dominicano, segundo confessa no segundo “Soldado Prático”, a qual rendeu dois terços da massa em metal precioso de modo a abonar a riqueza das minas, o que provavelmente deve ter acontecido no primeiro decénio seiscentista.<sup>166</sup> E, só por tratar da trilogia canónica, a “Reformação da Milícia” de Francisco Rodrigues Silveira também avocaria a sua conquista, vista como possível se feita com ordem e disciplina,<sup>167</sup> esquecendo o pesadelo logístico e a insalubridade climática para um corpo militar europeu no interior de África antes da revolução científica do século XIX.

Acrescente-se, ainda, que as minas de Menancabo (Minangkabau, um planalto na região central da ilha de Samatra, que escoava o seu ouro em pó por vários portos, entre os quais Jambi) já tinham sido referenciadas

---

apenas armada com uma Provisão do arcebispo-governador para D. Nuno Álvares Pereira tomar as fazendas alheias que achasse passando letras para a Fazenda régia pagar aos donos, para além de tomar o cabedal da nau *São Francisco* (o qual estava consignado aos baneanes em pagamento da pimenta que tinham dado fiada); cf. Carta de Rui Lourenço de Távora para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Ilhas de Quirimba, 20.06.1609 in BNP, *Fundo Geral*, cód. 1975, fls. 344-344v.

<sup>163</sup> Era irmão do quinto conde da Feira, D. João Forjaz Pereira, vice-rei da Índia que morreu sem ter chegado ao destino, e sobrinho, por via da mulher, do governador interino D. Fr. Aleixo de Meneses.

<sup>164</sup> Carta de Rui Lourenço de Távora para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 29.12.1610 in BNP, *Fundo Geral*, cód. 1975, fl. 220

<sup>165</sup> Os pareceres desta consulta efectuada entre 17.12.1610 e 11.07.1611 encontram-se transcritos em ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), Tomo 2.º E, pp. 587-592.

<sup>166</sup> Diogo de Couto, O Soldado Prático, pp. 197-198. Este dominicano não-identificado terá sido fr. João dos Santos, o celebrado autor de *Etiópia Oriental e Vária História de Cosa Notáveis do Oriente?* Nunca se poderá saber. O sucessor de Couto como Guarda-mor e Cronista do Estado, António Bocarro, apenas faz menção a amostras de prata enviadas por Simões Madeira em Julho de 1615 ao vice-rei D. Jerónimo de Azevedo e a Filipe II, por meio do dominicano fr. Francisco do Avelar, acompanhado por Lopo Velho Preto. Ambos chegaram a Goa nesse ano e partiram com a prata, mapas e outros documentos para o Reino, de onde passaram a Madrid, sendo recebidos pelo rei; cf. António Bocarro, *Década 13 da História da Índia*, editada por Rodrigo José de Lima Felner, vol. II, Lisboa: Academia Real das Ciências, 1876, p. 596.

<sup>167</sup> Francisco Rodrigues da Silveira, *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*, pp. 235-238.

por Tomé Pires (1512-1515),<sup>168</sup> e havia toda uma tradição ligada à exploração aurífera e mesmo à existência de uma mirífica Ilha do Ouro na Insulíndia, sobre o qual tinha escrito recentemente Manuel Godinho de Erédia.<sup>169</sup>

Por outro lado, não nos podemos esquecer da atracção exercida pelas riquezas mineiras espanholas, cuja prata se tinha transformado no meio de aquisição das especiarias no Estado da Índia desde o reinado de D. Sebastião, pelo que a procura de minas dentro do império português se transformou numa constante nos séculos seguintes, tendo a busca conhecido um incremento desde a união das coroas em 1580. O segundo “Soldado Prático” era prova dessa emulação do modelo espanhol, tanto no tema da mineração como no da ocupação territorial, com Couto a planear a construção de um império terrestre à escala continental na África meridional entre Moçambique e Angola imitando o castelhano no Novo Mundo.<sup>170</sup> Estas compulsões, a mineira, a travessia de África e a ocupação do interior africano, tornar-se-iam permanentes a partir de finais do século XVI e seriam recuperadas periodicamente por um ou outro alvitrista, também dentro de uma perspectiva atlântica e não apenas índica. A começar com o plano de Domingos de Abreu e Brito no final de Quinhentos,<sup>171</sup> seguindo-se a megalómana proposta de Luís Mendes de Vasconcelos por volta de 1616<sup>172</sup> e terminando nos projectos apresentados por Salvador Correia de Sá (1656-1662 e 1673),<sup>173</sup> pas-

<sup>168</sup> *A Suma Oriental de Tomé Pires e o livro de Francisco Rodrigues*, leitura e notas de Armando Cortesão, Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1978, pp. 285-286.

<sup>169</sup> Veja-se Manuel Godinho de Erédia, *Informação da Áurea Quersoneso, ou Península e das Ilhas Auríferas, Carbúnculas e Aromáticas*, edição, introdução e anotação de Rui Loureiro, Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2008.

<sup>170</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pp. 198-203.

<sup>171</sup> Veja-se *Um inquérito à vida administrativa e económica de Angola e Brasil em fins do século XVI, segundo manuscrito inédito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa*, editado por Alfredo de Albuquerque Felner, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

<sup>172</sup> Memorial de Luís Mendes de Vasconcelos, s/l s/d [ca. 1616] in *Monumenta Missionária Africana*, 1.ª série, vol. VI, *África Ocidental (1611-1621)*, coligida e anotada por António Brásio C. S. Sp., Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955, pp. 263-270.

<sup>173</sup> Carta de Salvador Correia de Sá para a rainha-regente D. Luísa de Gusmão, s/l s/d [1656-1662] in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), caixa 2-1ª C, pp. 285-287; Proposta de Salvador Correia de Sá, s/l ?01.1673 in Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva (Eds.), *Os manuscritos da Casa Cadaval respeitantes ao Brasil*, vol. I, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1956, pp. 237-238. Na segunda data, o plano de Correia de Sá coincidiu com a decisão do regente D. Pedro em despachar navios, colonos e dinheiro para uma nova conquista das minas do Monomotapa e fixação de população nos Rios de Cuama, cf. Glenn J. Ames, *Renascent Empire? The House of Bragaça and the Quest for Stability in Portuguese Monsoon Asia, ca. 1640-1683*, Amesterdão: Amsterdam University Press, 2000, pp. 183-204

sando ainda por toda uma série de intentos aliando a exploração mineira, à fixação humana e à obtenção de mão-de-obra escrava durante a primeira metade de Seiscentos,<sup>174</sup> os quais, no seu conjunto, são suficientes para se ver como os alvitristas tinham encontrado um filão com audiência e aceitação nos conselhos da Coroa. Não era caso único, havia outros.

Ao contrário das cartas e dos pareceres, os alvitres mais elaborados compostos a partir do terceiro quartel do século XVI destinavam-se a ser publicados de modo a obter uma recepção mais alargada entre a audiência que contava, de maneira a aplicarem-se as reformas preconizadas. A escolha do figurino narrativo nem sempre foi a melhor por falta de leituras e de capacidade de escrita, sendo Duarte Gomes Solis um caso extremo de mau escritor como se viu, havendo outros com igual escassez estilística como Manuel de Andrada Castelo Branco,<sup>175</sup> para mencionar apenas dois alvitristas que imprimiram livros à sua custa em castelhano para os fazerem circular privadamente a fim de alcançar a atenção do Príncipe. Couto optou por escolher o diálogo por ser a maneira mais didáctica de expor os argumentos, rebater os pontos de vista contrários e ganhar o debate de ideias. Havia mais autores a escolher o formato de diálogo nesta literatura de pendor reformista, a exemplo de Luís Mendes de Vasconcelos na sua obra “Do sítio de Lisboa” (1608),<sup>176</sup> onde curiosamente também entra um soldado na conversa, correspondendo ao fidalgo com experiência militar. Mas Vasconcelos conseguiu imprimir o seu alvitre em vida, enquanto o fado de Couto foi funesto pois não conseguiu publicar o seu na primeira nem na segunda vez (1612). O segundo “Soldado Prático” era, aliás, um texto menos organizado que o primeiro, resultando provavelmente de uma nova redacção onde juntou algum material sobrevivente da primeira versão a um conjunto heteróclito de ideias desenvolvidas desde então, tudo entremeadado de erudição

<sup>174</sup> “1593-1631 Terras e minas africanas segundo Baltasar Rebelo de Aragão”, “1617-1622 Benguela e o seu sertão por um anónimo”, “1620-1629 Produções, comércio e governo do Congo e Angola segundo Manuel Vogado Sotomaior, António Diniz, Bento Banha Cardoso e António Bezerra Fajardo”, “1516-1619 Escravos e minas de África segundo diversos” in Luciano Cordeiro, *Questões Histórico-Coloniais*, vol. I, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1935, pp. 215-244, 247-274, 309-340, 343-380 (respectivamente).

<sup>175</sup> P. E. H. Hair (Ed.), *To Defend Your Empire and the Faith. Advice on a global strategy offered c. 1590 to Philip, King of Spain and Portugal, by Manoel de Andrada Castel Branco*, Liverpool: University of Liverpool, 1990, pp. 7-8 (considerações sobre o estilo), 211-257 (texto original em castelhano).

<sup>176</sup> Luís Mendes de Vasconcelos, *Do sitio de Lisboa, dialogo de [...]*, Lisboa: Oficina de Luís Estupiñan, 1608, com várias edições posteriores (cf. nota 29).

para dar caução ao alvitre<sup>177</sup> e de um pendor moralizante que passaria a caracterizar este tipo de escrita.<sup>178</sup> Ambos textos tiveram que esperar muito até serem publicados, mau grado as tentativas empreendidas por Couto em sua vida fazendo apelo a putativos protectores para lhe editar a obra.

Melhor sorte conheceu o texto contemporâneo “Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia”, de autor anónimo, uma obra mais abrangente onde também cabe o alvitre sobre o serviço régio, o bem comum e o crédito do Estado da Índia, e por isso muito ligado à política. A sua descoberta acidental na biblioteca de Jorge Furtado de Mendonça levou o achador, o frade agostinho António Freire, a publicá-lo em 1630.<sup>179</sup> O lado “prático” e político da obra não escapou a fr. António, pois na dedicatória ao arcebispo de Lisboa e governador do Reino D. Afonso Furtado de Mendonça (1623-1630), explicou as razões porque o fazia aduzindo “a segunda [razão da dedicatória] do lugar que està governador desta Coroa, & portanto tem encarregado das boas ordens & diuidos expedientes que se deuem ás cousas de guerra, & em particular daquelas partes Orientaes por antiga, & famosa milícia de nossas antigos Reys conquistadas, & tam necessitadas de remedio & socorro, (...)”<sup>180</sup> Todavia, o outro discurso reformista coetâneo pertencente à trilogia canónica, a “Reformação da milícia e governo da Índia Oriental” de Francisco Rodrigues da Silveira, também continuou manuscrito como os dois “Soldados” de Couto e teve de esperar pelo século XIX (1877) para ser objecto de uma edição selectiva a fim de se adequar ao enunciado “deca-dentista” do seu compilador, António Costa Lobo.<sup>181</sup>

---

<sup>177</sup> Sobre a erudição de Couto veja-se Rui Manuel Loureiro, *A Biblioteca de Diogo do Couto*, Macau: Instituto Cultural de Macau, 1998

<sup>178</sup> A respeito da génese e escrita dos dois “Soldados” veja-se o que escreveu António Coimbra Martins na sua edição de *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 205-291.

<sup>179</sup> *Primor e honra da vida soldadesca na Estado da India liuro excelente, antigamente composto nas mesmas partes da India Oriental, sem nome de autor, & hora posto em ordem de sair a luz, com um elogio sobre elle, pello P. M. Fr. Antonio Freyre da Ordem de Santo Agostinho, deputado do Santo Officio da Inquisição de Lisboa*. Lisboa: Oficina de Jorge Rodrigues, 1630.

<sup>180</sup> *Primor e honra da vida soldadesca na Estado da India*, fl. 5 (o itálico é nosso). Não só o destinatário da dedicatória era Governador do Reino, como era também tio do dono da biblioteca onde Fr. António Freire descobriu o manuscrito.

<sup>181</sup> António de S. S. Costa Lobo, *Memórias de um soldado da Índia, compiladas de um manuscrito portuguez do Museu Britânico*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1877 (foi reimpressa pela mesma editora 110 anos mais tarde, em 1987).

A trilogia canónica, não contando com a obra mais tardia, a “Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão” de João Ribeiro (1685),<sup>182</sup> composta aproximadamente no espaço de meio século (ca. 1570-1620) era o sintoma da profunda crise que abalava o Estado, pois a narrativa de todos estes alvitres tinha por trás um propósito reformista para resolver as adversidades e males então sentidos. O aprofundar da crise à medida que o tempo passava apenas contribuiu para aumentar o número dos alvitres, tanto que o próprio alvitrista Couto reconhecia no segundo “Soldado Prático” que estes se tinham tornado omnipresentes na Índia com efeitos nefastos, pelo que atacou os potenciais rivais.<sup>183</sup> Couto não queria correr o risco de ser contagiado pela crescente má reputação dos alvitristas e dos alvitres. Mas esse foi um esforço vão, porque a má fama dos alvitristas e a dos seus escritos não cessou de aumentar a par da quantidade dos textos produzidos. Estes, sob o título de “memoriais” e “instruções”, entre outros, começavam a oferecer outro tipo de serviço para além do aviso reformador, com propostas milagrosas para resolver problemas no campo financeiro, comercial, naval e militar, frequentemente com soluções de índole técnica de uma exequibilidade duvidosa, quando não impraticável. Dada a frequente má qualidade destes planos, o autor de a “Arte de Furtar” queixava-se a meados do século XVII de:

“que haja no mundo embusteiros, não he para mim couza nova; mas que haja em Portugal quem os ouça, e admita, he o que choro; sem acabarem de cahir, que tudo são sonhos de Scipião, enredos de Palmeirim, gigantes de palha, com que nos armaõ, mais a levar o ouro do Reino, que a defender a Coroa delle; e nisto he que poem toda a sua sabedoria, que trazem escrita na unha.”<sup>184</sup>

Nesse mundo ao avesso, o criador da “Arte de Furtar” contava a história de um alvitrista, ou “Estadista” como lhe chamava ironicamente, que por volta de 1632 tinha ido a Madrid para dar o seu remédio para terminar com a guerra na Flandres em pouco tempo, tendo sido convocadas juntas e conselhos para escutarem a sua panaceia, a qual consistia em trocar os conselheiros da Monarquia Hispânica pelos da Holanda, porque assim a Coroa Dual só teria vitórias e os Países Baixos setentrionais apenas conheceriam derrotas, rematando “porque as obraõ [as derrotas] os Conselhos, por cuja conta corre aplicar-lhes o remedio. Assim passa, que

<sup>182</sup> O manuscrito original encontra-se na BNP, *Fundo Geral*, cód. 518 “Fatalidade Estorica da Ilha de Ceilam”.

<sup>183</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pp. 46-80.

<sup>184</sup> Anónimo [Padre Manuel da Costa], *Arte de Furtar*, p. 225.

o que assola as Republicas sem remedio, são os conselhos quando erram”.<sup>185</sup>

Paradoxalmente, ou talvez não, a “Arte de Furtar” descreditava tanto o conselho amador (alvitre) como o profissional (o dos burocratas), mas o desprestígio atingia sobretudo os alvitristas e o seu aviso. Era um sentimento partilhado pelos seus contemporâneos, caso de D. Francisco Manuel de Melo na “Visita das Fontes” onde punha Apolo a dizer: “(...) os alvitres para a República são como os remédios das velhas (em que falámos há pouco) para os doentes de grave enfermidade: todos param em riso e dano dos que os admitem.”, não admirando por isso que os achasse os maiores merecedores de desterro.<sup>186</sup> Couto antecipara-se a D. Francisco Manuel de Melo, porque no segundo “Soldado Prático” (1612) sugeriu o seu desterro na Ilha de Santa Helena, a fim de parar com o contágio do alvitre;<sup>187</sup> ficando nós sem saber se também pensava embarcar para o exílio na sua companhia. O descrédito dos contemporâneos não impedia a sua proliferação nem a dos seus escritos, que constituíam assim um novo campo de conhecimento. Mas como classificar e enquadrar esta nova área?

A resposta não residia apenas no tipo de linguagem usada nos alvitres (vocabulário, retórica, estilo e metáfora), ao qual já se aludiu e se voltará ainda que muito brevemente, mas sim no tocante ao género literário ou, eventualmente, ao campo de saber. A biblioteconomia, que conhece um grande desenvolvimento na época, é uma forma de ver como é classificado o alvitre, pois os catálogos, inventários e índices das bibliotecas, ou livrarias como se dizia ao tempo, ordenavam de forma metódica os livros e manuscritos por assuntos ou ramos do saber,<sup>188</sup> implicando a

---

<sup>185</sup> Anónimo [Padre Manuel da Costa], *Arte de Furtar*, p. 211.

<sup>186</sup> D. Francisco Manuel de Melo, *A Visita das Fontes*, pp. 201, 205. Os ataques aos alvitristas e aos seus alvitres vai da página 195 à 207.

<sup>187</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, p. 145.

<sup>188</sup> Veja-se, para um período imediatamente anterior ao do nosso estudo, que se inicia grosso modo a partir da terceiro quartel do século XVI, o caso da biblioteca de D. Teodósio I, duque de Bragança (ca. 1510-1563), o inventário da respectiva livraria de uma grande casa aristocrática com ligação à dinastia reinante, ressaltando o facto do Duque querer criar estudos superiores em Vila Viçosa podendo por isso a sua colecção bibliográfica servir para os estudantes. O inventário da sua biblioteca não revela qualquer autonomização no campo da ciência política, muito menos de alvitres, de acordo com a matéria tratada nos livros, mostrando que tal diferenciação e autonomia foi mais tardia, pelo menos em Portugal, cf. Ana Isabel Buescu, “Aspectos da livraria de D. Teodósio: uma grande biblioteca do Renascimento” in Jessica Hallet e Nuno Senos (Coord.), *De todas as partes do mundo. O património do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio*, vol. I *Estudos*, Lisboa: Tinta da China,

autonomização de uma determinada área ou a sua inclusão dentro de outra mais abrangente.<sup>189</sup> D. Vicente Nogueira (1586-1654) foi um dos cultores deste campo, a par do seu gosto bibliófilo, tendo aconselhado o filho do protector de Couto, D. Vasco Luís da Gama, conde da Vidigueira e marquês de Niza, a ordenar a sua biblioteca, onde, para lá da separação dos livros por grupos linguísticos e tamanho, sugeriu que os dividisse por seis grandes matérias (Teologia, Jurisprudência, Medicina, Filosofia, Matemática e História).<sup>190</sup> O relevante aqui é o facto de Nogueira ter colocado a literatura especular (“conselho”) na secção de Jurisprudência e na de História incluiu “ultimamente, livros políticos, já de ministros que andaram com a mão na massa, já de homens ociosos, que desde o seu canto cuidam governar o mundo, livros de alvitreiros.”<sup>191</sup>

A apreciação é o de menos, o importante era a separação dos dois tipos de discurso, a autonomização do género alvitrista, ainda que integrado no campo da História (empareirado com a Geografia, a Roteirística, a Cartografia, diversos tipos de História e a Historiografia), como algo ligado a esta disciplina, mais que não fosse por empregar exemplos históricos de forma comparativa contrastante: o passado (virtude/bem/desejável) frente ao presente (vício/mal/indesejável). O modelo preconizado por D. Vicente em 1647 discrepava com o arranjo dos títulos por campos do saber realizado aquando do confisco da sua biblioteca em 1633, onde sob a designação de “Memorial dos liuros pertencentes a Politica” se incluía tanto a literatura especular como a alvitrista, surgindo aí o “Primor e honra da vida soldadesca por fr. Antonio Freire pergaminho cem reis”.<sup>192</sup>

A divisão dos campos, com a inclusão dos escritos especulares na Jurisprudência, e dos alvidres e de outros escritos políticos de cariz pragmá-

---

2018, pp. 281-299; Ana Isabel Buescu, *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2016.

<sup>189</sup> Martim de Albuquerque, «*Biblos*» e «*Polis*». *Bibliografia e ciência política em D. Vicente Nogueira (Lisboa, 1586-Roma, 1654)*, Lisboa: Vega, 2005, pp. 45-47 e a bibliografia aí referida em nota.

<sup>190</sup> Carta de D. Vicente Nogueira para D. Vasco Luís da Gama, conde da Vidigueira e marquês de Niza, Roma 21.10.1647 in *Um diálogo epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)*, introdução e edição de João Carlos Serafim, supervisão científica José Adriano de Freitas Carvalho, Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011, pp. 132-133.

<sup>191</sup> Carta de D. Vicente Nogueira para D. Vasco Luís da Gama, conde da Vidigueira e marquês de Niza, Roma 21.10.1647 in *Um diálogo epistolar*, p. 133. O itálico é nosso.

<sup>192</sup> Obras políticas do inventário da livraria confiscada a D. Vicente Nogueira em 1633 in Martim de Albuquerque, «*Biblos*» e «*Polis*», pp. 160-164. A inventariação não foi feita por D. Vicente, mas sim pelas autoridades inquisitoriais, revelando outras formas de organizar bibliotecas e autonomizando e/ou agrupando campos de saber.

tico na História, pode estar relacionada com o facto de D. Vicente ter mostrado pouco interesse pela literatura política pedagógica, preferindo antes as obras de carácter prático, lugar em que entraria o alvitre. Não se sabe se a inclinação era anterior ao seu encarceramento pela Inquisição em 1631,<sup>193</sup> mas acentuou-se com o seu exílio na Itália, talvez por influência da própria ciência política italiana, de pendor mais pragmático e virado para a acção, evidenciando maior apreciação pela que protegia os súbditos dos excessos do poder, sem dúvida por se recordar do que tinha sofrido na carne.<sup>194</sup> À época, aliás, havia no mundo ibérico toda uma corrente contestatária do reforço do poder do Estado, e do seu abuso, por parte de pessoas que também cultivaram o alvitre, defendendo a necessidade de manter uma relação recíproca entre o Rei e o Reino, trabalhando em conjunto para o Bem Comum.<sup>195</sup> O tema explodiu em pleno reinado de Filipe IV em 1627, levando Olivares a instaurar uma censura mais rigorosa, com o Conselho de Castela a servir de censor, a fim de proibir a circulação e impressão de tais escritos, entre os quais se contavam os alvitres. Sem grande eficácia acrescente-se, pois estes continuaram a difundir-se e a ser lidos.<sup>196</sup> Portugal parece ter passado incólume por toda esta contestação e censura, com os arbítrios a circularem manuscritos e impressos.

Se os contemporâneos de Nogueira colocavam o alvitre no campo da política sem qualquer dúvida, a par do conselho a príncipes, a confusão aumentava no século seguinte, pois Diogo Barbosa Machado na sua “*Bibliotheca Lusitana*” propunha sessenta e três divisões para organizar a sua livraria portuguesa, repartindo as obras de carácter alvitrista por três áreas autónomas: “Ética e Política” (a exemplo de António Bocarro, “Da reforma do Estado da Índia”), “Diálogos” (onde entrava o segundo “Soldado Prático” de Couto, descrito como um “dialogo entre hum Fidalgo, e hum soldado da India”), e “Críticas e Invectivas” (registando aí António Mendes com “Exéquias do Estado da Índia”), embora o grosso dos títulos fosse arrumado nas prateleiras da primeira divisão ao lado

<sup>193</sup> Processo de D. Vicente Nogueira, 17.01.1631-09.02.1635 in ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, processo n.º 4241. Nogueira já tinha caído anteriormente nas malhas da Inquisição por causa do “nefando” e voltou a cair após se ter denunciado por ter tido relações com o seu próprio pajem e músico na Sé, Vicente Ferreira, a 27 de Novembro de 1630; cf. Processo de Vicente Ferreira, 28.11.1630-28.09.1632 in ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, processo n.º 2481, fl. 6.

<sup>194</sup> Martim de Albuquerque, «*Biblos*» e «*Polis*», p. 54.

<sup>195</sup> John H. Elliot, *Lengua e Imperio en la España de Felipe IV*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994, pp. 62-69.

<sup>196</sup> John H. Elliot, *El conde-duque de Olivares*, pp. 345-346.

de obras especulares como a de D. Duarte.<sup>197</sup> A mistura daqui resultante evidenciava a tendência para esmiuçar a classificação, isto num século, como o XVIII, marcado pela obsessão taxonómica, donde a divisão do alvitre por várias áreas, mostrando uma relativa perda de autonomia.

### **Conclusão: “(...), porque para tudo há remédio, senão para a morte”**

**“Apolo:** (...). O alvitre, para conveniente, deve ser firme, amplo e fácil, porque os misteres de um reino não se satisfazem com limitados socorros, à imitação da mina pobre que, suposto seja de ouro ou prata de grã fineza, excedem os gastos aos interesses e se ficam pondo de casa trabalhos e esperanças. Um grão de arroz é um morgado para hũa formiga, e zombaria para um elefante”.<sup>198</sup>

Diogo do Couto foi o primeiro a criar o alvitre enquanto género ou subgénero literário, com um texto discursivo próprio cujos intuitos de reforma não passavam por inovar – como viria a ser o alvidre posterior à Restauração, em especial o do século XVIII, de modo a combater o atraso e a emparceirar Portugal com os países do Norte da Europa –, tendo explicitado claramente no final do primeiro “Soldado Prático”, “não folgue Vossa Senhoria com novidades, porque nunca vi na Índia, que fossem proveitosas, mas sempre foram danosas.”<sup>199</sup> O objectivo era antes restaurar, conforme apontava no fim da conversa com o vice-rei recém-nomeado ditando uma espécie de vade-mécum abreviado para este seguir – aliás, o título dado no proémio ao diálogo é “Tratado de um Vice-rei” –, dizendo “trabalhe Vossa Senhoria quanto lhe for possível por trazer a gente de guerra contente, junta paga e favorecida, dando a cada um conforme seus serviços e merecimentos, de tal maneira que se não possa dizer que paga a uns com a justiça de outros, favorecendo no justo e honesto a cidades e povos, pois neles estão certas as ajudas e socorros para todas as necessidades do Estado; *por onde em tudo lhes deve guardar suas honras e liberdades que lhes deram vice-reis por seus serviços, e*

<sup>197</sup> Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana, histórica, critica, e chronologica, na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compozeraõ, desde o tempo da promulgação da Ley da Graça ate o tempo presente*, tomo IV, Lisboa: Oficina Patriarcal de Afonso Luís Ameno, 1759, pp. 582-586, 688, 694.

<sup>198</sup> D. Francisco Manuel de Melo, *A Visita das Fontes*, p. 205.

<sup>199</sup> Diogo do Couto, *O primeiro Soldado Prático*, p. 557. António Coimbra Martins aponta em nota para o facto desta máxima política já ter sido dita atrás, no capítulo IX respeitante à Matrícula, onde acha preferível não inovar, mesmo quando não há remédio possível, cf. pp. 415-417.

juntamente castigando os que cometerem culpas e malefícios, para em tudo ficardes acrescentados.”<sup>200</sup>

O primeiro “Soldado Prático” encarava a reforma como algo ainda possível, mas o tom mudou significativamente para o segundo, perante o qual nos devemos perguntar se o veterano, isto é o próprio Diogo do Couto, acreditava na hipótese de conserto do Estado da Índia. Repare-se que enquanto o primeiro diálogo se desenrola em Portugal antes da ida do vice-rei nomeado para Goa, servindo o soldado de fonte de informação do que se passava na Ásia e de alvitrista,<sup>201</sup> pelo que o plano reformista seria implementado; o segundo também tinha o Reino como pano de fundo, mas a conversa decorria entre um veterano que vinha em busca do provimento da sua folha de serviço com um fidalgo que já havia sido governador por sucessão na casa de um despachador, discorrendo sobre os “enganos” e “desenganos” da Índia, ou seja, na prática desiludira-se com a hipótese da Índia se remediar.<sup>202</sup> O desengano era ainda mais profundo nas cartas, como na de 1607 a D. Francisco da Gama, “para dar a Vossa Senhoria conta do que por qua vai he necessário fazer hũa década de nouo, e são as cousas tais que me tem embaraçado o entendimento, porque vejo perder tudo a mingoa por falta de tudo. E o pior he que do animo e do conçelho, porque assjm andamos tam acouardados por nosso pecados, (...)”.<sup>203</sup>

Se no terceiro quartel do século XVI, altura da composição do primeiro diálogo, Couto pensara que a restauração do sistema das antigas liberdades e honras individuais e colectivas seria suficiente e viável para reformar a Índia, posteriormente parece ter julgado tal impossível dadas as características de funcionamento do Estado, mesmo recorrendo à máxima lipsiana “Necessitas omnem legem frangit” (a necessidade rompe a lei) datada de 1584,<sup>204</sup> que o alvitrista parece desconhecer e não perfilhar apesar de tudo. Veria Couto o Estado como algo irreformável, ou ainda haveria esperança e o alvitre tinha razão de ser?

Atente-se à violenta diatribe contra tudo e contra todos no seu segundo “Soldado Prático”, em particular na apreciação da Casa dos Contos de

<sup>200</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 555-556, o itálico é nosso.

<sup>201</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, p. 362.

<sup>202</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, p. 17.

<sup>203</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 16.12.1607 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), tomo 2.º E, p. 382

<sup>204</sup> Justus Lipsius recuperou uma máxima estoica, de Séneca, a qual aparece no seu tratado de 1584, *De Constantia*, impressa em Antuérpia na oficina Plantiniana.

Goa e das finanças do Estado,<sup>205</sup> para se poder começar a desvendar a resposta. O julgamento de Couto à situação da Fazenda régia e dos seus ministros e tribunais no Estado piorou substancialmente com o tempo e por altura do segundo “Soldado Prático” a honestidade dos ministros da Casa dos Contos era simplesmente posta em causa.<sup>206</sup> Couto insurgia-se contra o aumento desenfreado das despesas, a maior parte delas inúteis pois haveria forma mais expedita de resolver a situação para a qual foram criadas, dando o exemplo da armada do Malabar, que custava 60,000 pardaus, bastando 20,000 soldados em Cananor para se pagar aos naires e mesmo ao Samorim para reprimirem a pirataria costeira, poupando-se dinheiro.<sup>207</sup> A causa disso tudo era:

*Na Índia primitiva, quando o portugueses tinham seu nome alevantado sobre esses signos celestes, aqueles Césares que a governavam não traziam olho em mais que em dilatar a santa Fé Católica; em acrescentar o património real e em enriquecer o Estado e os vassalos; em fazer eleições de capitães; em trazer armadas mui ordenadas e providas; em ir buscar os Turcos a Suez; em castigar e oprimir o Malavar; em trazer enfreados e sopeados os reis vizinhos; em trazer os soldados fartos e contentes; em exercitar às barreira assi de espingardas como de artilharia; em visitar os hospitais, e em muitas outras coisas desta sorte.*

*Agora já se não costuma isto; mudou-se o vinte a outra cama; já as armadas se fazem por comprimento, sem tempo e em ordem; os soldados andam clamando; as casas que em*

---

<sup>205</sup> Por altura do primeiro “Soldado Prático” as críticas são numerosas a estas instituições e cargos, mas não excessivas, a exemplo da sugestão de escolher o Vedor Geral da Fazenda entre alguém com experiência de vida asiática, e de boa estirpe, e que fosse provido pelo vice-rei ou governador, em vez de vir alguém do Reino (como quase todos vieram); cf. Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 390-395. O problema radicava no manejo dos dinheiros, pois apesar das receitas terem vindo a crescer, as despesas também tinham aumentado em rubricas desnecessárias e supérfluas para satisfazer os vários clientelismo, razão pela qual frequentemente não havia dinheiro, sendo por isso necessário o Estado contrair empréstimos, dando como exemplo o de D. João e Castro. Os empréstimos serviam para um fim específico, mas os tesoureiros eram pressionados pelos vice-reis, capitães e demais oficiais a saldar contas em atraso nunca se gastavam nos fins para que tinham sido contraídos, rematando “e desta maneira pedem empréstimos aos povos para fazerem galeões e comprar munições, e gastam-no em sem-razões”; cf Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 443-455. António Coimbra Martins chama atenção para o facto da máxima ser rimada, facilitando assim a sua memorização, cf. nota 51 na p. 452.

<sup>206</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pp. 100-103.

<sup>207</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pp. 116-117.

Goa havia de esgrima, tornaram-se escolas de dançar e ensinar moças; barreiras, nem de uma nem doutra: é ofício vil; des outra, sem lhe atirar do pé dela. As visitas dos hospitais tornaram-se na Casa dos Contos e da Relação; de governadores se fizeram vereadores e de capitães prelados. E assim tudo o mais desta sorte.<sup>208</sup>

O acerto do antigamente e o desacerto do presente era o *leitmotiv* desta literatura de crise. O desconcerto e desilusão do segundo “Soldado Prático” parece ser, assim, um grito isolado contra um sistema irreformável, ou quanto muito uma visão partilhada apenas por outros alvitristas. Mas seria mesmo assim?

Ao contrário do que se pode supor as preocupações de Couto eram partilhadas por mais gente, incluindo por quem estava no poder. É notório ver como o desiderato reformista começou ainda no reinado de D. Sebastião e prosseguiu nos seguintes, implicando tanto a administração metropolitana como a indiana, existindo várias opções quanto ao caminho a seguir. Como Diogo do Couto afirmara no primeiro “Soldado Prático” as receitas do Estado tinham subido, tal como as despesas, uma tendência que se manteria até 1634 conforme se poderia comprovar pelos orçamentos conhecidos (embora na realidade existisse uma estagnação por causa da inflação desde 1600, ou mesmo antes, mas continuou a haver superávits até à década de 1630). Um bom conhecedor das finanças do Estado, o vedor geral da Fazenda Francisco Pais, historiava em 1610-12 a evolução do rendimento da Índia desde o governo de D. Constantino de Bragança (1558-1561) até ao de André Furtado de Mendonça (1609) concluindo “por estes exemplos se ve que a India rende muito mais do que gasta, e por que arremate nãa palaura, a causa porque os rendimentos não bastão digo que he outra cousa senão *desordens da Cobiça*”.<sup>209</sup>

Diogo do Couto não enjeitaria a conclusão nem o léxico. Aliás, o “Orçamento de 1610” compilado sob as instruções de Pais revelava nas suas considerações finais como, afinal, as preocupações dos alvitres de Couto eram partilhadas por um conjunto mais alargado de pessoas, incluindo os burocratas de topo. Por bizarro que tal pudesse soar, Pais também acreditava que a Casa dos Contos tinha duplicado desnecessariamente o

<sup>208</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, p. 108, o itálico é nosso.

<sup>209</sup> Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fl. 128. O documento revela como, uma vez deduzidas as despesas, o Estado ainda dispunha de 445.392 xerafins, cf. fl. 121v, o itálico é nosso.

seu pessoal e a sua despesa;<sup>210</sup> e que os capitães das fortalezas se tinham mercantilizado e usufruíam de demasiadas benesses da Coroa, podendo estas ser cortadas.<sup>211</sup> Anos mais tarde, veríamos Francisco Rodrigues da Silveira também a defender que os capitães das fortalezas não deviam ser mercadores.<sup>212</sup> Mas havia outros exemplos de concordância de pontos de vista entre Pais e Couto, como a reputação do Estado:

O credito e reputação dos portugueses na India esta tão perdido nas cousas de guerra que com ao presente estar de paz com todos os reis della, algũs piratas malauares que dantes não tinham poder nem nome andão agora por toda esta costa roubando as embarçaõins dos portugueses, e ninguem nauega ia, senão em cafilas a quem as nossas armadas dão guarda, e nem isso basta pera deixarem de tomar athe dos mesmos nauios da armada. <sup>213</sup>

As dívidas do Estado:

A Fazenda del Rey deue na India a partes mais de seiscentos mil cruzados. E isto he hũa mina para os officiais cobiçosos e pessoas que tem mando e vallia que comprão estas diuidas, e dão o quarto a parte, e arrecadão por inteiro. E não são os tisoueiros e feitores de Goa os que fazem estas maranhas he verdade que recebem eles os papeis mas não recebem nem pagão o dinheiro nem o vem dos olhos, e se morrem seruindo os cargos ou dando suas contas então se furtão os papeis que iaa erão pagos como aconteceu a poucos annos a dous feitores e hũ tisoueiro, a quem senão achou nenhũ dinheiro nem fazenda. E permitio Deos que

<sup>210</sup> Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fl. 129v.

<sup>211</sup> “Aos capitains das fortalezas se pagão corenta homens, e dez parentes os quais dez parentes por serem fidalgos se paga de quartel cinquenta pardaos o que lhe vem a ser soldo e vencimento de sincoenta soldados alem dos corenta. E declara o regimento das fortalezas que os terão nellas, que entrarão no numero da gente que he ordenada a cada hũa: não ha capitão que quando muito tenha mais que dez homens, e se os tem andão em suas naos de mercancias, e o dinheiro que nisto monta que he hũa grande copia, he o primeiro que se paga nas feitorias. E os mesmos capitains o recebem de sua patente, *de que se pode cortar hũa boa parte*” in Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fl. 129v, o itálico é nosso.

<sup>212</sup> Francisco Rodrigues da Silveira, *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*, pp. 195-197.

<sup>213</sup> Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fl. 132.

quem o comeu o fosse perder na ponta de São Gião e os oficiais dos Contos que forão os ministros fiquem frustrados de suas esperanças.”<sup>214</sup>

Pais também sugeriu, para se evitarem as negociatas com as dívidas do Estado, a nomeação de contabilistas experimentados ao lado dos oficiais dos Contos para conferir as contas afim de evitar abusos e desvios, como tinha acontecido durante os governos de D. Luís de Ataíde e de D. fr. Aleixo de Meneses.<sup>215</sup> E até partilhava o cuidado de Couto com os soldados, por passarem muitas dificuldades quando não andavam embarcados, porque no Inverno deambulavam descalços, rotos e esfomeados pelas ruas de Goa pedindo esmolas. Muitos, para escapar à miséria, entravam ao serviço de monarcas gentios e muçulmanos “à sombra dos mercadores” que lhes davam comida, pelo que faltavam quando, chegando o Verão, os chamavam para as armadas. Por volta de 1610 o seu total não atingia os 1.500 homens, com as fustas e galeotas terem uma guarnição de doze a quinze soldados em vez dos trinta a quarenta habituais no passado.<sup>216</sup>

As considerações de Pais não eram inocentes, pois tratava-se de um ataque encapotado ao governo de D. Francisco da Gama, por então presidente do Conselho da Índia, com quem tivera um sério desaguisado aquando do regresso do Conde da Vidigueira ao Reino em 1600. Bastam estes exemplos para se comprovar como os alvitres de Couto e dos seus contemporâneos como Silveira, compartilhavam as inquietações de quem estava no poder e sugeriam, frequentemente, reformas alinhadas com correntes de opinião conhecidas e expressas pelos canais oficiais. O problema residia mais na capacidade de as implementar e na resistência oferecida por quem beneficiava do sistema, dado o carácter redistributivo do Estado da Índia, ou seja, recompensar com cargos e pensões quem servia a Coroa em vez de criar um “cursus honorum” e a verificação efectiva do serviço prestado, impedir a reforma. Mas a opção militarista e militante de Couto também não seria viável do ponto de vista financeiro e demográfico, já para não falar do facto de tecnologicamente existir uma certa paridade militar que impedia os portugueses, bem como qualquer outro estado europeu, de competir com os estados asiáticos de

<sup>214</sup> Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fls. 132v-133.

<sup>215</sup> Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fl. 133.

<sup>216</sup> Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fl. 132v.

alguma dimensão e recursos até meados do século XVIII. A opção de centralizar a presença portuguesa em Ceilão, conquistando-se toda a ilha, apontado por João Ribeiro como “O” erro estratégico,<sup>217</sup> seria de difícil exequibilidade e tinha os seus detratores, como Francisco Pais, por ser um sorvedoiro de dinheiro e homens, mas como escrevia o Vedor da Fazenda, uma vez que D. Jerónimo de Azevedo dava boa conta da Conquista esta devia continuar para bom nome e reputação do Estado.<sup>218</sup>

Este era, aliás, outro ponto central dos alvitres – manter a reputação ou recuperá-la se perdida –, uma inquietação partilhada pela sociedade portuguesa daquele tempo e pelo mundo ibérico em geral. O que nos leva a outra questão: a necessidade de analisar a linguagem, o léxico, a retórica e as metáforas usadas nos alvitres à luz do seu significado na época, estudando-as comparativamente com outros autores contemporâneos e dentro de um contexto cultural alargado de cariz ibérico e mesmo europeu, e não na acepção que adquiriu posteriormente. Esse foi o erro dos seus editores modernos, a começar com o de Couto, António Caetano do Amaral em 1790, dando origem a um discurso de “Decadência” quando esta palavra estava ausente do texto, tal como estava dos restantes alvitristas do período. O discurso decadentista, nascido com as Luzes e que os séculos XIX e XX se encarregaram de pegar e desenvolver como *leitmotiv* e chave de leitura, está errado, mas esta visão resulta do facto deste e doutros alvitres serem o produto de uma literatura surgida da crise cujo remédio – a Reforma – nunca chegou a coalhar. O fracasso da solução e a multiplicação dos avisos serviu tanto de descrédito dos autores como cimentou uma certa ideia da irreformabilidade do Estado da Índia e de Portugal em geral, conforme se pode depreender do título conhecido da obra do médico iluminista António Ribeiro Sanches: Reino velho sem emenda.<sup>219</sup>

Uma última excursão antes do remate final. Os alvitres de Couto, os dois “Soldados Práticos”, revelavam uma visão do mundo (*Weltanschauung*), ou seja, uma perspectiva estratégica do Estado com as suas opções militares, políticas e económicas. O ponto de vista de Couto restringe-se ao Estado, cuja geografia conhece melhor ainda que não toda nem pessoalmente. Esse é o seu âmbito, ainda que o alargue no segundo “Solda-

<sup>217</sup> João Ribeiro, *Fatalidade histórica da ilha de Ceilão*, pp. 161-199.

<sup>218</sup> Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fl. 125.

<sup>219</sup> António Ribeiro Sanches, *Dificuldades que tem um Reino velho para emendar-se e outros textos*, selecção, apresentação e notas de Vítor de Sá, Porto: Editorial Inova Limitada, s/d

do Prático” a outros pontos do império português, mas fá-lo para defender o Estado quando há alternativas que se estão a construir no Atlântico Sul, e há um modelo territorial que se quer imitar: a conquista espanhola da América e as suas riquezas mineiras.<sup>220</sup> Assinale-se, novamente, que a sua escolha traduzia correntes de opinião existentes tanto na Índia quanto em Portugal, bem como questões conjunturais que convinha tratar. Por ocasião do primeiro “Soldado Prático”, por exemplo, a maior ameaça estratégica era o império otomano, donde a sua fixação por Baçorá e a necessidade de o conter aí de maneira a impedir que ameaçasse o Estado no Índico ocidental.<sup>221</sup> Mas tal foi sempre uma escolha política de longa duração, o de possuir o controlo dos estreitos que davam acesso ao Índico ocidental (Meca e Ormuz), de modo a frustrar o aparecimento de um rival que ameaçasse o domínio marítimo e a circulação das rotas comerciais e de abastecimento portuguesas naquele oceano. Por volta da mesma altura, ca. 1569, conhecem-se outros avisos, como os de João Fonseca e de D. Jorge Themudo, com uma concepção igualmente total do Estado da Índia e com sugestões para resolver os problemas políticos, militares, económicos e sociais, muito mais ligados ao mundo oficial e ao então problema candente do trato da pimenta, com as alternativas possíveis, aliás bem mais desenvolvidos que os oferecidos por Couto e com melhor informação.<sup>222</sup>

Apenas outras duas considerações quanto à *Weltanschauung*. Cada texto da trilogia canónica ancorou a sua apreciação sobre áreas estratégicas onde os seus autores tinham vivido e sobre as quais construíram um discurso, esquecendo outras regiões ou tornando-as subordinadas. Tratavam-se de opções que se entroncavam nas diversas correntes de opinião existentes no Estado da Índia, cujo estudo deve ser feito para lá do centrado na figura de um indivíduo (vice-rei, governador ou alvitrista) e no acessório, para se fixar no essencial e transversal a todos os períodos; bem como analisar os grandes debates e escolhas de cariz estrutural e conjuntural que foram tomadas, quem as tomou, como foi feita a discussão e que instituições tomaram parte com as respectivas posições. Tal análise, contudo, terá de ser feita dentro de um contexto mais global, não só do Estado da Índia, mas pensando o império português no seu conjunto, pois convém saber que por volta de 1590 já havia alguém a

<sup>220</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pp. 195-211.

<sup>221</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 487-492

<sup>222</sup> Parecer de João da Fonseca s/l [Cochim?] s/d [ca. 1569]; “Apontamentos do arcebispo de Goa D. Jorge Themudo para D. Sebastião, s/l [Goa] s/d [ca.1569] in José Wicki, “Duas relações sobre a situação na Índia portuguesa nos anos de 1568 e 1569” in *Studia*, n.º 8 (Julho 1961), pp. 138-183, 184-220 (respectivamente).

pensar nos perigos e nas escolhas mundiais que o império hispânico enfrentava.<sup>223</sup> A visão global aí desenvolvida seria fruto do primeiro império verdadeiramente global e também de uma globalização que encarava as escolhas estratégicas a tomar por uma potência mundial, Espanha da qual Portugal era parte constitutiva desde 1580, face aos demais actores e rivais presentes em cena espalhados por todo o planeta; conforme alvitraria o aventureiro inglês ao serviço da Monarquia Hispânica Sir Anthony Shirley em 1622, ao escrever o “Peso de todo el mundo”.<sup>224</sup> A Couto faltava-lhe a sofisticação e o cosmopolitismo do inglês, bem como golpe de rins para mudar de amo e servir três ao mesmo tempo como fizera Shirley.<sup>225</sup>

Como também devem ser tidos em linha de conta os alvitres e visões globais contrastantes oriundos de adversários. Para Diogo do Couto o exemplo paralelo na sua época foi o de Zinadím (Zayn al-Dīn b. Shaykh ‘Alī), cujo “Mimo do campeão da fé”, composto na Índia, no Malabar, por volta de 1583, também tratava de soldados (o *ghāzī*, plural *ghuzāt*), mas do lado oposto ao português; sendo interessante estabelecer paralelismos entre um e o outro texto.<sup>226</sup> Como também há perspectivas e orientações políticas gerais, caso dos otomanos, com uma linha índica protagonizada por Sokollu Mehmed Pasha e Koja Sinan para o mesmo período tratado pelos alvitres de Couto, com o valor acrescido de existirem textos que se entroncam nesta opção estratégica, os quais conviria usar para comparar a fim de ver pontos de contacto e de divergência com os portugueses.<sup>227</sup>

No final, contudo, o alvitre de Couto não conseguiu que o autor fosse recompensado como pedira, não se imprimir dado o folhetim dos desaparecimentos, nem tão pouco foram aplicadas as reformas que preconizara, apesar de o ter tentado por duas ocasiões (na década de 1560 e em

<sup>223</sup> P. E. H. Hair (Ed.), *To Defend your Empire and the Faith. Advice offered o Philip, King of Spain and Portugal c. 1590*, Liverpool: Liverpool University Pres, 1990.

<sup>224</sup> Sir Anthony Shirley, *Peso de todo el mundo (1622) Discurso sobre el aumento de esta monarquia (1625)*, edição e estudos de Ángel Alloza, Miguel Ángel de Bunes e José Antonio Martínez Torres, Madrid: Ediciones Polifemo, 2010, pp. 87-216.

<sup>225</sup> Sobre Shirley veja-se o estudo de Sanjay Subrahmanyam, *Three Ways to be Allien: Travails and Encounters in the Early Modern World*, Waltham (Mass.): Brandeis University Press, 2011, pp. 73-130.

<sup>226</sup> Zinadím, *História dos portugueses no Malabar*, tradução, introdução e anotação de David Lopes, Lisboa: Antígona, 1998. Seria de louvar uma nova edição com uma tradução legível, sem os putativos aporuguesamentos dos nomes muçulmanos, bem como uma anotação com as crónicas, textos e inscrições epigráficas indianas, e uma melhor utilização das fontes portuguesas.

<sup>227</sup> Giancarlo Casale, *The Ottoman Age of Exploration*, pp. 117-179.

1612). A maldição dos textos coutianos, conforme narrou o seu primeiro biógrafo Manuel Severim de Faria, não colhe como justificação.<sup>228</sup> Curiosamente, se Couto perdeu a batalha do seu tempo (influenciar o Príncipe e ser pago pelo seu alvedrio), ganhou a batalha da posteridade, pois as suas ideias, os casos por si contados, as máximas expressas e uma certa visão do Estado da Índia passaram a constituir a narrativa dominante posteriormente, mau grado o próprio. Os dois alvitres não só foram sendo sucessivamente impressos desde 1790, como foram mais lidos, debatidos e utilizados que Couto alguma vez pensou ser possível. Os bons ofícios de Severim de Faria, que possuía um exemplar do segundo “Soldado Prático” na sua biblioteca eborense, e usou os seus dados em as “Notícias de Portugal”, por exemplo, foram relevantes para disseminar o conhecimento de Couto alvitrista. Mesmo se a apreciação de Couto não fosse melhor entre os escritores do período Barroco, conforme se poderá ajuizar no “Hospital das Letras” de D. Francisco Manuel de Melo, pelo pulso apressado que o próprio autor, Lípsio, Quevedo e Bocalino lhe tomaram.<sup>229</sup> De qualquer forma, a posteridade tratou-o melhor que os seus contemporâneos.

E ficou, sobretudo, um certo gosto pela citação das suas tiradas ditirâmicas quando o discurso dominante passou a ser o do “decadentismo”, exemplificando:

Enfim ja o nome portuguez he acabado, e parece-me que estes gentios nos asertão o nome, que querendonos chamar frangis [*firanj*, i.e. francos, europeus], nome que antigamente tiuemos nos chamão frangãos, e asi somos tão tristes e tão molhados que todos nos ameaão não sej para onde fuja nem para onde me va decorrido, e não sei como não morro de pasmo.<sup>230</sup>

<sup>228</sup> Por exemplo, o exemplar dos “Discursos Políticos” que está na BNP (cota Res. 1330 P.), onde refere que apenas escaparam seis cópias da sexta Década ao fogo que devorou a oficina do impressor, tem uma nota marginal na página 149, aposta por um antigo dono de apelido Barbosa, dizendo que só ele conhecia, pelo menos, trinta exemplares dessa mesma edição só em Lisboa!

Um recenseamento das edições coevas sobreviventes em bibliotecas e arquivo portugueses e estrangeiros pode revelar surpresas.

<sup>229</sup> Jean Colomès, *Le dialogue “Hospital das Letras” de D. Francisco Manuel de Melo*, pp. 147-149.

<sup>230</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa, a derradeira oitava do Natal, 1608 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), tomo 2.º E, p. 654.

---

Falta lê-lo e analisá-lo à luz do seu tempo, para se entender o verdadeiro alcance da sua carreira de alvitrista, para, por fim, receber a paga que tanto pediu.

